

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Ciências Sociais

Franklin Soldati

**O ELEITORADO JUIZFORANO NAS ELEIÇÕES DE 2006 E 2008
PARA O EXECUTIVO**

Juiz de Fora
Fevereiro/2011

Franklin Soldati

O eleitorado juizforano nas eleições de 2006 e 2008 para o executivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Cultura, Poder e Instituições do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em 28 de fevereiro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Vladimyr Lombardo Jorge
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RIO

JUIZ DE FORA
FEVEREIRO/2011

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Raul Francisco Magalhães, que se mostrou mecânico de “gente”.

À minha esposa, Juliana Ferreira Soldati, pelas críticas e incentivos bem como o apoio emocional e logístico, tornando possível a conclusão da dissertação.

A minha mãe, Maria Helena, e ao meu pai, Francisco (*in memoriam*), pela criação, exemplo de família, trabalho e dignidade. Isto inclui minhas três irmãs, Viviane, Giselle e Danielle.

Ao Professor Dr. Carlos Alberto Hargreaves Botti pelos conselhos e observações, durante minha trajetória acadêmica, mesmo que eu não tenha conseguido ouvi-lo sempre.

Ao Professor Dr. Eduardo Salomão Condé pelo convite à participação no Centro de Pesquisas Sociais da UFJF durante o primeiro ano do mestrado, o que facilitou minha continuidade no programa. À Professora Dra. Beatriz Bastos Teixeira pelas sugestões estruturais. À Professora Dra. Gabriela Tarouco da UFPE pelas sugestões ao artigo inicial.

Ao meu professor particular de estatística Neimar da Silva Fernandes, bacharelado em Engenharia Elétrica pela UFJF, que me proporcionou a utilização de todas as técnicas em estatística avançada aqui utilizadas.

Aos colegas: Marcela Fernanda da Paz de Souza pelos incentivos e Wallace Faustino da Rocha Rodrigues pelas conversas; Gabriela Martins Pereira pelas sugestões de escrita e Karine Fernandes de Carvalho pelas conversas durante o almoço. Também agradecer a todos os outros colegas, alunos do programa.

Ao secretário da pós-graduação Msc. Francisco da Rocha Filho pelo companheirismo e informações.

Às coordenações e professores do PPGCSO, do Departamento de Ciências Sociais, da especialização em Políticas Públicas do ICH, da especialização em Métodos Estatísticos Computacionais do ICE, bem como ao pessoal das bibliotecas e funcionários de toda a UFJF.

Às professoras Maria Anastácia da Silva Fernandes e Fernanda Baldutti pelas revisões de artigos que precederam este estudo. À professora Zélia Baldutti pela revisão da dissertação e comentários e ao professor Newton Tavares da Silva Filho pelos abstracts.

Dedico este trabalho à minha esposa
Juliana Soldati pelo apoio incondicional
nesta empreitada.

RESUMO

Este estudo pretendeu comprovar o maior comparecimento do eleitorado juizforano em relação ao de outras importantes cidades brasileiras nas eleições para o executivo. Ele se mostrou conclusivo para as eleições presidenciais e estaduais de 2006 e não ocorreu o mesmo para as eleições municipais de 2008. A discussão se volta para aqueles estudos que consideram a predominância, no Brasil, de um eleitorado fraco, que privilegia as elites como as reais detentoras das “rédeas” do desenvolvimento material e intelectual das sociedades e enfatiza os poderes da representação, que teriam, de uma forma ou de outra, a mídia como seu representante mais ilustre. Também analisou-se aqueles estudos que defendem um eleitorado forte, cuja participação política é ativa, mesmo se restrita à participação eleitoral, e defendem a ideia de que o eleitor quando participa de sua vida social, ouve, discute, pondera, reflete e vota. Para o confronto entre tais oposições (eleitorado fraco / eleitorado forte), foram avaliados os dados levantados das eleições citadas. A técnica da Análise Fatorial foi utilizada de modo a criar variáveis indicadoras que conseguissem sintetizar um conjunto de variáveis socioeconômicas do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil do IBGE, 2000. Essas variáveis foram tomadas como independentes. Também realizou-se uma bateria de modelos de regressão, onde as variáveis eleitorais, extraídas do *site* do TSE, assumiram a função de variáveis dependentes. Essas análises adotam como suporte teórico uma tradição que defende a educação como porta de entrada à participação política, em geral, e eleitoral em particular, bem como reafirmar uma das mais importantes interpretações do processo eleitoral, seu significado político. O estudo culmina com a proposta do conceito de um “Perfil Urbano Brasileiro” composto pelos seus dois eixos ortogonais: o “Movimento de Reafirmação Urbana” e a “Preocupação Social Urbana” como método de avaliação crítica da infraestrutura urbana das cidades brasileiras, perfil que tende a determinar o comparecimento do eleitorado nas eleições para o executivo no Brasil.

Palavras-chave: Eleições, Participação, Análise Fatorial, Modelos de Regressão.

ABSTRACT

This study aimed at proving a major attendance of the Juiz de Fora electorate in relation to others important Brazilian cities electorate in the elections to the Executive. This demonstrated itself conclusive to the Brazilian presidential and state elections in 2006, but the same did not occur to the municipal elections of 2008. The discussion turns to those studies that consider the predominance of a weak electorate, in Brazil, that benefits the elites as the real holders of the material and intellectual societies' development control, and emphasizes the representation powers, which would have, in a way or another, the media as their most famous representative. It was also analyzed those studies that advocate a strong electorate, whose political participation is active, even it is restricted to the electoral participation, and that defend the idea that the elector when participates of his/her social life, listens, discusses, meditates, thinks and votes. In order to the confrontation of such oppositions (weak electorate/strong electorate), the data raised from mentioned elections were evaluated. The Factorial Analysis Technique was used in order to create indicator variables which were able to synthesize a set of socio-economic variables from the IBGE's Atlas of the Brazil Human Development, 2000. These variables were taken as independents and a suite of regression models was also performed, in which the electoral variables, extracted from the TSE web site, assumed the dependence variables function. These analyses assumed as theoretical support, a tradition that defends education as the entrance door to the political participation, in general, and electoral in private; as well reaffirming one of the most important interpretations of the electoral process, its political meaning. The study culminates in the proposal of a "Brazilian Urban Profile" concept, and of its two orthogonal axes the "Urban Reaffirmation Movement" and the "Urban Social Preoccupation" as method of critical evaluation of the Brazilian cities' urban infra-structure, which tends to determine the electorate attendance to the elections to the executive in Brazil.

Key words: Elections, Participation, Factorial Analysis, Regression Models.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. ELEITORADO FRACO	19
2. ELEITORADO FORTE	25
3. AVALIAÇÃO DOS DADOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

INTRODUÇÃO

Este estudo intitulado: *O eleitorado juizforano nas eleições de 2006 e 2008 para o executivo*¹, tem como tema central uma indagação sobre as motivações do eleitor para votar.

O interesse pelo tema surgiu ao observar-se que algumas comunidades comparecem mais às urnas que outras e, a partir disso, procurou-se compreender se um maior comparecimento eleitoral seria fruto do acaso ou devido a fatores diversos capazes de influenciar o comportamento de eleitores em regiões circunscritas. Entre tais fatores considerou-se os aspectos geográficos e aqueles de infraestrutura urbana, tais como os aspectos socioeconômicos, para compreender se eles podem influenciar o comportamento do eleitor. O endosso de tal possibilidade confirmaria a tese que o voto corresponde à maior obrigação cívica e remete sempre às possibilidades de refundação, de reinício, de reconquista, um espiral de esperança como o aspecto capaz de movimentar o “turbilhão” de votos, fazendo oscilar para mais ou para menos o comparecimento do eleitorado, ou seja, o eleitor comparece mais quando cria expectativas de mudança em dado momento.

Segundo Barboza Filho (2000), as nossas cidades não nasceram de acordo mútuo e de discussão interessada, surgiram de modos diversos, mesmo que espelhadas para o bem comum, nasceram prontas, tiveram uma especialização metageográfica e sofrem influência do tempo.

Nesse ambiente, nossos partidos políticos foram criados, cresceram, definharam e renasceram (SOUSA, 1976) (LIMA JUNIOR, 1997). Pode-se, portanto, pensar a cidade atual como a capacidade de reprodução da estrutura social, intelectual e produtiva, resultante de um complexo contexto histórico, político e social.

Os estudos sociológicos mostram que, no Brasil, apesar dos governantes terem buscado soluções para esses problemas nas últimas décadas, faltaram planejamento e investimento mínimos orientados aos setores vitais de infraestrutura urbana. Mostram também que os eleitores estão atentos ao que acontece, pois além de comparar sua vida pessoal com a

¹ Esta dissertação de mestrado foi precedida pela elaboração de um artigo apresentado, inicialmente, no GT 11 do 33º Encontro Anual da ANPOCS – 2009 com o título “O Voto em Juiz de Fora”. Em seguida, tendo em vista o GT de Eleições e Partidos Políticos do V Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE - 2009, foram feitas revisões e, por isto, a alteração do título para “O comparecimento eleitoral em Juiz de Fora”. Visando apresentação na seção de comunicação do III COMPOLÍTICA da PUC-SP - 2009, o artigo foi intitulado “Juiz de Fora e o comparecimento eleitoral” pois novas revisões foram feitas atendendo às críticas e sugestões recebidas em Recife. Para publicação nos Anais do I Seminário de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF – 2009, o artigo assume o título “O eleitorado juizforano”, já que pequenas correções foram efetuadas. Posteriormente novo artigo foi apresentado no II Seminário de Ciências Sociais / 2010 do PPGCSO – UFJF, com o seguinte título: A utilização das estatísticas no Brasil após a constituição de 88: persuasão, razoabilidade e acordo.

daqueles que o circundam, eles têm acesso à inúmeras outras informações através da família, amigos, grupos diversos, jornais, revistas, televisão, rádio e internet.

É interessante observar que Aristóteles (1985) realizou um notável exercício comparativo das constituições de diversas cidades, descreveu seus regimes políticos e propôs um modo de vida às cidades e aos seus cidadãos e ilustrou os reais objetivos da educação. Desde então, muitos estudiosos se debruçaram sobre o mesmo tema tentando obter respostas a fim de encontrar maior equidade social e maior desenvolvimento de suas sociedades.

Assim, o presente trabalho procura seguir as trilhas apontadas por vários deles e avaliar outras constituições entre as cidades, ou seja, aquelas de infraestrutura capazes de quantificar o bem-comum, constituições possíveis graças aos esforços de muitos, mesmo que discordantes, na construção de um país que consiga atualizar as descobertas da ciência para o bem estar cotidiano dos cidadãos.

A utilização de estatísticas nas ciências sociais tem sido ampliada, contudo sua aplicação exige cuidados, os quais tentou-se observar neste estudo. Toda a preocupação se fundamenta na constatação que *contrafactuais* não fazem milagres (MAGALHÃES, 1997). A grande questão é que a diferença existente entre a utilização de uma estratégia contrafactual pura e uma análise de regressão e congêneres é apenas a forma como cada qual sustenta suas hipóteses causais, a partir de suas suposições contrafactuais (FEARON *apud* MAGALHÃES, 1997).

Quanto aos resultados propostos nesta dissertação pode-se afirmar que são plausíveis e atualizáveis, de maneira que ficou garantida aquela diferença ontológica entre um mundo possível, incluído aí a proposta de um mundo real, e um mundo ficcional, já que o primeiro tem a probabilidade de ser atualizável e o segundo, por definição, não a teria (RONEM *apud* MAGALHÃES, 1997). Alia-se a isto o fato que, os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do IBGE (2003), utilizados nesta dissertação, são “retratos” consolidados, mesmo que incompletos, da infraestrutura urbana brasileira.

Por isto, através do método quantitativo, buscou-se confirmar a observação empírica, que aponta uma superioridade no comparecimento do eleitorado de Juiz de Fora em relação a outras importantes cidades, como se pode observar nas tabelas e gráficos que seguem, que demonstram o comportamento do eleitorado das cidades escolhidas nas eleições para o Executivo Municipal, Estadual e Federal de 1998 à 2008, apesar de neste estudo analisar-se somente as eleições de 2006 e 2008.

Período de 1998-2000:

Tabela 1					
Eleição Presidencial de 1998					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Compareciment	82,68	85,88	80,01	82,61	83,94
Abstenção	17,32	14,12	19,99	17,39	16,06
Válidos	85,99	85,07	85,96	85,17	84,49
Branços	4,91	3,25	2,93	4,27	4,02
Nulos	9,09	11,68	11,11	10,56	11,48
Branços e Nulos	14,01	14,93	14,04	14,83	15,51
Taxa alienação	28,90	26,94	31,22	29,64	29,08

Fonte: TSE

Tabela 2					
Eleição Estadual de 1998					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Compareciment	82,68	85,88	80,01	82,61	83,94
Abstenção	17,32	14,12	19,99	17,39	16,06
Válidos	83,30	87,03	84,39	89,48	84,26
Branços	6,80	3,77	3,64	4,31	5,97
Nulos	9,90	9,20	11,97	6,21	9,77
Branços e Nulos	16,70	12,97	15,61	10,52	15,74
Taxa alienação	31,13	25,26	32,48	26,09	29,27

Fonte: TSE

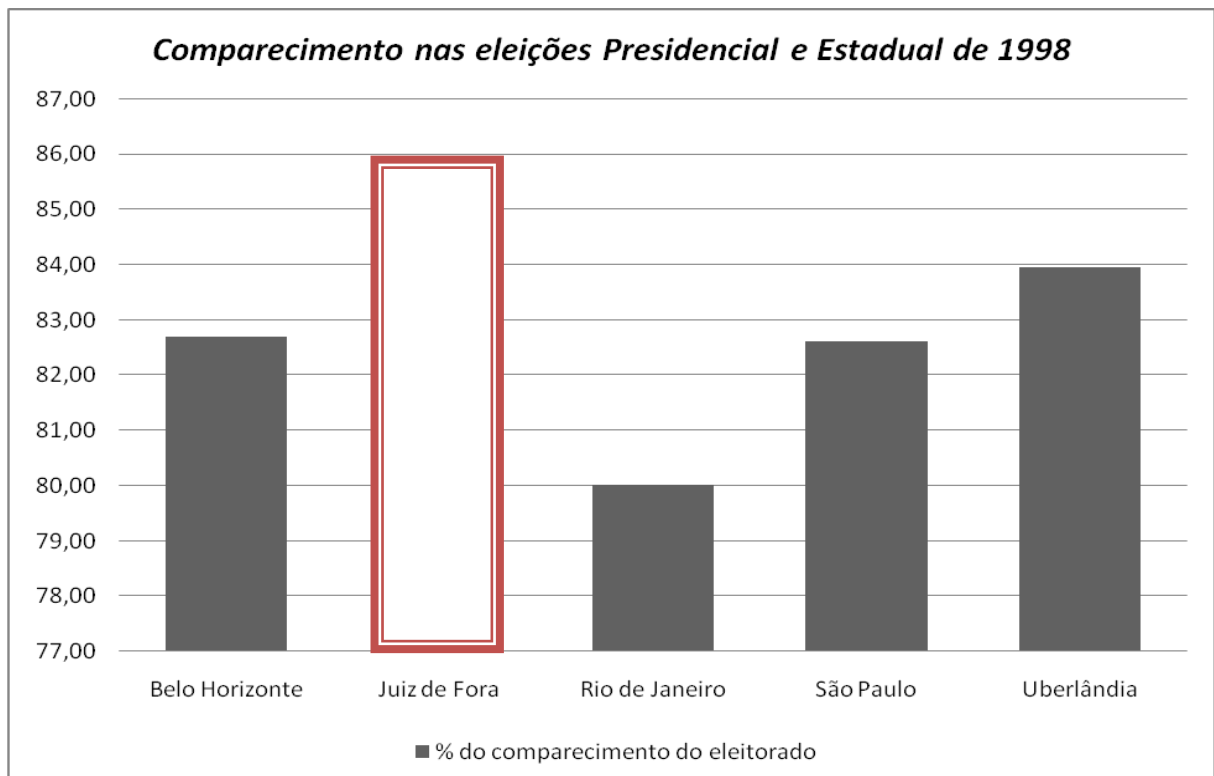
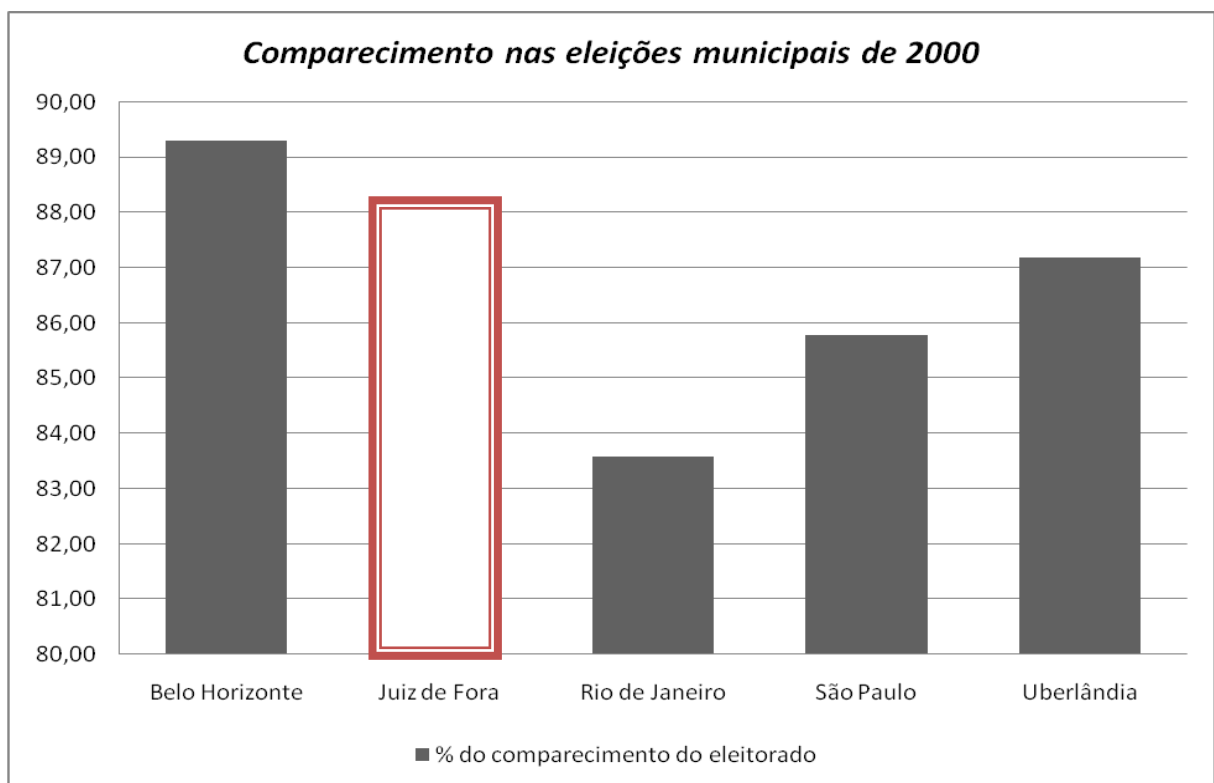


Tabela 3
Eleição Municipal de 2000

	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	89,29	88,13	83,57	85,77	87,18
Abstenção	10,71	11,87	16,43	14,23	12,82
Válidos	88,13	92,65	91,53	90,23	94,34
Branco	4,30	1,92	3,06	4,08	1,90
Nulos	7,57	5,43	5,40	5,69	3,76
Branco e Nulos	11,87	7,35	8,47	9,77	5,66
Taxa alienação	21,31	18,34	23,51	22,62	17,75

Fonte: TSE



Na eleição presidencial de 1998 o comparecimento do eleitorado juizforano alcançou 85,88%, seguido pelo de Uberlândia com 83,94%, depois Belo Horizonte, com 82,68%, São Paulo com 82,61% e por último o eleitorado do Rio de Janeiro com 80,01%. Como era de se esperar a abstenção é um espelho do comparecimento. Portanto, o eleitorado juizforano também detém a menor taxa de abstenção. Com relação à eleição para governador as taxas se repetem já que o pleito é o mesmo. Como poderemos notar, as taxas irão variar apenas a partir dos votos válidos, assim alteram-se os números de válidos, em branco, nulos e seus compostos. Na eleição municipal de 2000 o eleitorado juizforano fica apenas um ponto

percentual atrás do eleitorado belorizontino, mas manteve-se à frente do eleitorado das outras cidades escolhidas.

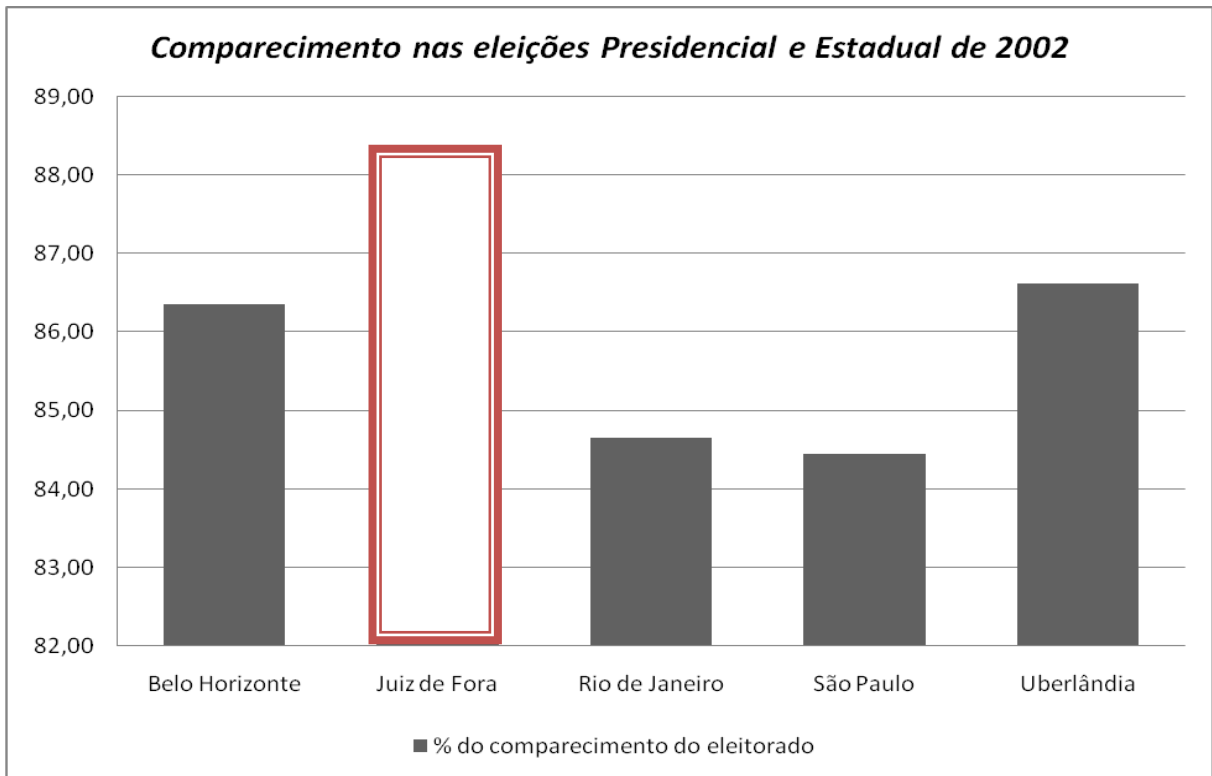
Período de 2002-2004:

Tabela 4					
Eleição Presidencial de 2002					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Compareciment	86,35	88,27	84,65	84,45	86,61
Abstenção	13,65	11,73	15,35	15,55	13,39
Válidos	93,99	93,94	94,01	92,04	93,59
Branços	2,47	2,19	1,81	2,90	2,57
Nulos	3,55	3,87	4,18	5,05	3,84
Branços e Nulos	6,01	6,06	5,99	7,96	6,41
Taxa alienação	18,84	17,07	20,42	22,28	18,94

Fonte: TSE

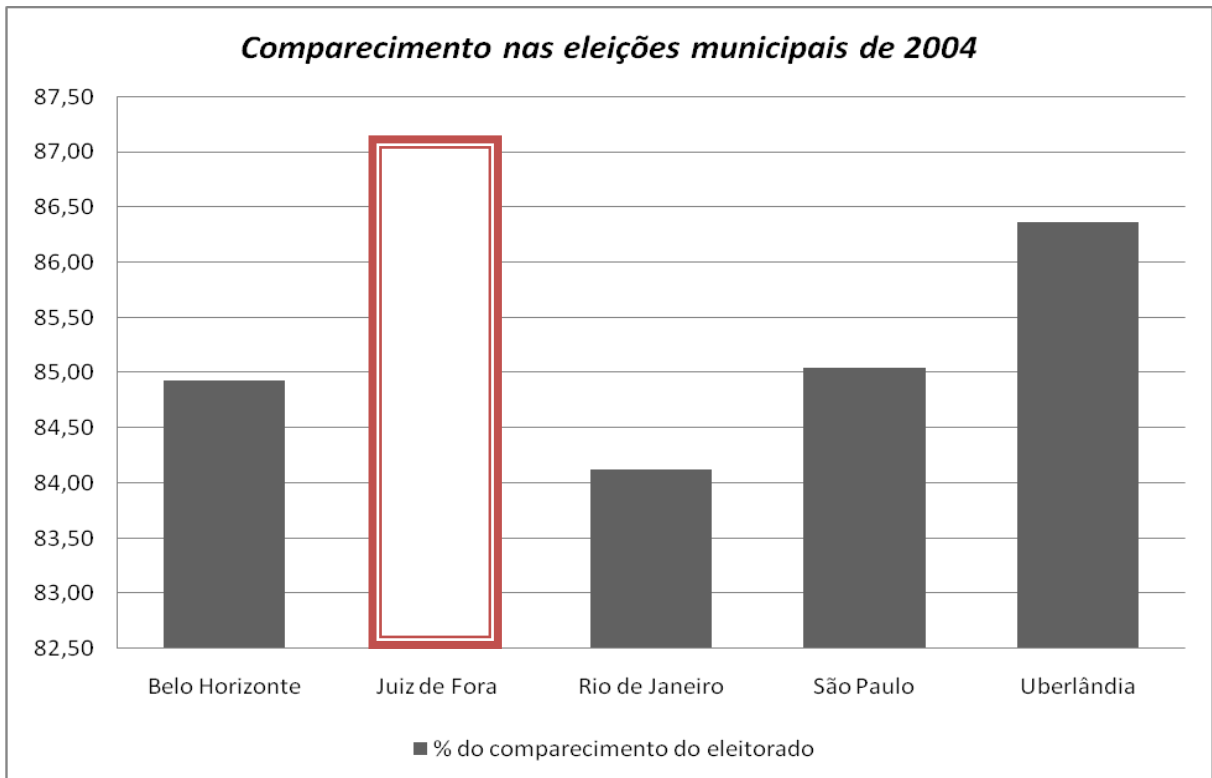
Tabela 5					
Eleição Estadual de 2002					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Compareciment	86,35	88,27	84,65	84,45	86,61
Abstenção	13,65	11,73	15,35	15,55	13,39
Válidos	90,91	89,54	92,15	92,12	90,84
Branços	4,16	4,56	2,42	3,22	4,16
Nulos	4,93	5,91	5,43	4,66	5,00
Branços e Nulos	9,09	10,46	7,85	7,88	9,16
Taxa alienação	21,50	20,96	22,00	22,21	21,32

Fonte: TSE

**Tabela 6****Eleição Municipal de 2004**

	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,92	87,06	84,12	85,05	86,36
Abstenção	15,08	12,94	15,88	14,95	13,64
Válidos	89,29	91,58	92,92	93,31	91,44
Branços	3,49	2,15	2,17	2,29	2,06
Nulos	7,22	6,26	4,92	4,39	6,50
Branços e Nulos	10,71	8,42	7,08	6,69	8,56
Taxa alienação	24,17	20,26	21,84	20,64	21,04

Fonte: TSE



Na eleição presidencial e estadual de 2002, o eleitorado juizforano aparece com 88,27% de comparecimento e é seguido agora pelo eleitorado de Uberlândia, pelo de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Já nas eleições municipais de 2004, a liderança se repete, mas a ordem do comparecimento das outras cidades se altera um pouco, agora é Uberlândia, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Período de 2006-2008:

Tabela 7

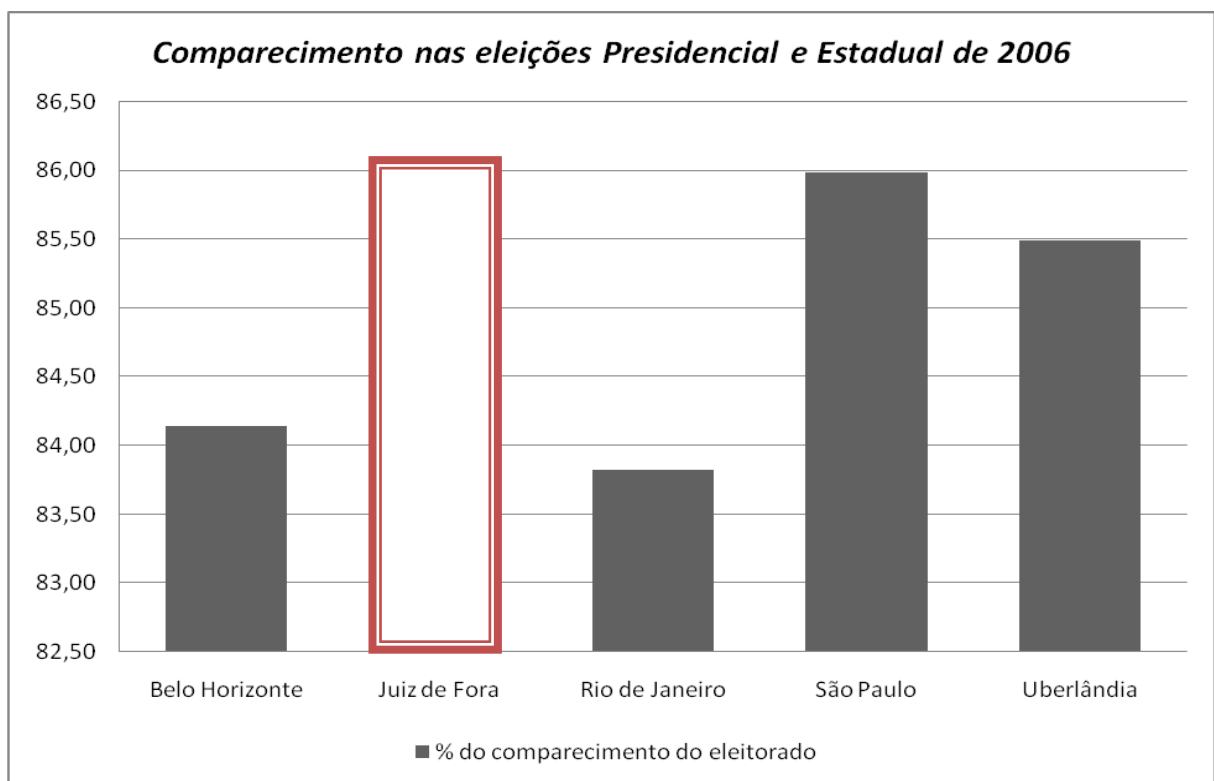
Eleição Presidencial de 2006

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	90,17	89,81	89,25	91,88	91,24
Branços	4,01	3,26	3,35	3,03	3,12
Nulos	5,82	6,93	7,40	5,09	5,65
Branços e Nulos	9,83	10,19	10,75	8,12	8,77
Taxa alienação	24,13	22,72	25,19	21,00	22,00

Fonte: TSE

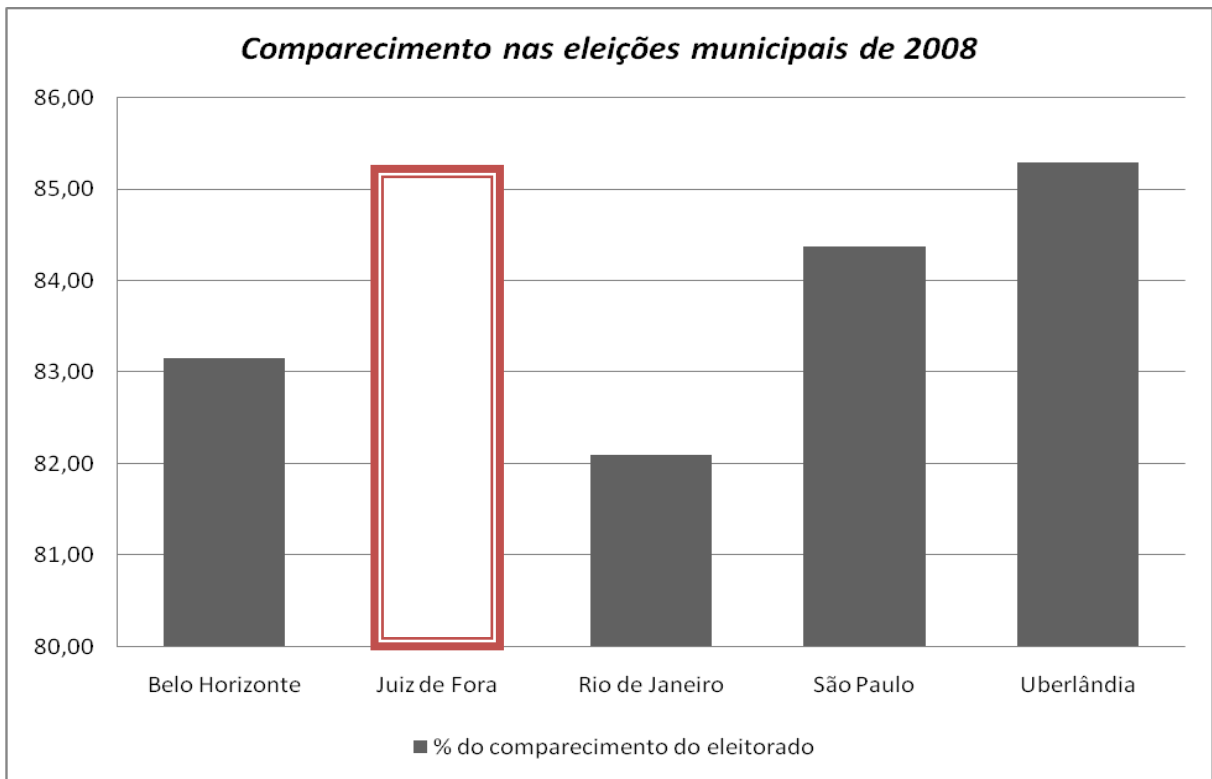
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	87,91	80,56	88,95	89,02	84,55
Branco	4,63	6,71	4,02	4,71	5,93
Nulos	7,46	12,73	7,03	6,28	9,53
Branco e Nulos	12,09	19,44	11,05	10,99	15,46
Taxa alienação	26,03	30,68	25,44	23,46	27,72

Fonte: TSE



	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	83,15	85,15	82,09	84,37	85,29
Abstenção	16,85	14,85	17,91	15,63	14,71
Válidos	85,48	89,90	87,25	92,08	93,89
Branco	6,13	3,55	5,27	3,34	1,81
Nulos	8,39	6,55	7,48	4,58	4,30
Branco e Nulos	14,52	10,10	12,75	7,92	6,11
Taxa alienação	28,92	23,45	28,38	22,31	19,92

Fonte: TSE



Agora o eleitorado juizforano continua a liderar no comparecimento tanto para as eleições presidenciais quanto estaduais apresentando uma taxa de 86,05%, mas fica ligeiramente atrás do comparecimento do eleitorado de Uberlândia nas eleições municipais. Mesmo assim, continua à frente das outras cidades. Como em todas as eleições analisadas mesmo que as taxas que demonstram maior comparecimento do eleitorado juizforano sejam apenas ligeiramente superiores, o que interessa ressaltar é que sempre supera todas as outras, daí o interesse de cientistas políticos da UFJF que iniciaram os questionamentos dos motivos que determinariam tais taxas.

Assim, far-se-á defesa aqui que, num universo de tantas outras cidades, Juiz de Fora integra um microcosmo do sistema partidário brasileiro, que tem se atualizado ao ser influenciada e também influenciar o ambiente macro, que ao final acaba por ditar as regras de participação e concorrência eleitoral na organização da disputa poliarquica.

A importância de nossa cidade em momentos críticos da história do país, bem como a solução proposta pelas nossas lideranças e os resultados das lutas travadas entre elas, acabou por moldá-la e posicioná-la nos rankings de serviços básicos, de educação e de ofertas de serviços modernizantes. Alguns fatores como laços familiares, religiosos, profissionais, educacionais foram fundamentais para que a cidade alcançasse bom posicionamento, embora

saibamos que não se trata de um campeonato, um *ranking* elucida vantagens e desvantagens estruturais.

De modo que, neste estudo propõem-se mecanismos comparativos que indiquem a situação de infraestrutura urbana que atendam nossas cidades e que poderão apontar caminhos a serem seguidos por outras comunidades.

A presente dissertação confirma uma maior participação do eleitorado de Juiz de Fora em processos eleitorais através da comparação com outras importantes cidades brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Uberlândia², através dos resultados das eleições presidenciais, estaduais de 2006, não sendo conclusiva para as eleições municipais de 2008.

A discussão do tema envolveu distintas perspectivas dos conceitos de racionalidade e, portanto, de participação eleitoral, alienação eleitoral, modelos de explicação do voto, bem como adotou a idéia de um sistema partidário eleitoral brasileiro. Para comprovar a maior participação do referido eleitorado, foi fundamental identificar características próprias do eleitor juizforano. Portanto, além da revisão bibliográfica, foram utilizadas técnicas estatísticas, análise fatorial e modelos de regressão, buscando estabelecer associações entre índices socioeconômicos e participação eleitoral.

Atualmente, a Justiça Eleitoral brasileira adota uma distinção entre os votos válidos (aqueles indicados aos candidatos) e inválidos: nulos e branco; mas também é importante salientar que, no Brasil, o voto é obrigatório, de modo que ao enxergar numa outra perspectiva, teríamos um outro par de opostos, produzindo um tipo de comportamento eleitoral, que abrange o comparecimento e o não comparecimento.

Entretanto, a questão abordada aqui pressupõe que se o eleitor comparece à urna e não vota num candidato, cumpre sua obrigação legal mas deixa de votar efetivamente e, por isso, pode ser colocado ao lado daqueles que deixam de comparecer ao local de votação. O voto assume importância tal que: o ato de votar, deixar de votar ou não comparecer indicam comportamentos significativos. Atualmente, apesar da urna eletrônica permitir somente o voto nulo (o voto indevido, o voto de protesto e o erro) e o voto em branco, esses podem englobar tanto o voto de protesto quanto o desconhecimento.

Para melhor compreender o tema, esta dissertação foi dividida em três capítulos.

² A razão da escolha das cidades, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, se deveu ao fato destas serem metrópoles nacionais. Já Uberlândia, por ser uma das cidades mineiras mais similares a Juiz de Fora, em aspectos como extensão, urbanização, demografia, economia, etc.

O primeiro capítulo fez uma abordagem sobre os teóricos que consideram a existência de um eleitorado fraco, volátil, apenas privilegiando elites como as reais detentoras das “rédeas” do desenvolvimento material e intelectual das sociedades, enfatizando os poderes da representação, que teriam, atualmente, a mídia como seu representante mais ilustre.

No segundo, procurou-se analisar os teóricos que defendem um eleitorado forte, cuja participação política é ativa, mesmo se restrita à participação eleitoral. Defendem a ideia de que o eleitor ao participar de sua vida social, ouve, discute, pondera, reflete e vota, portanto, o brasileiro interage civicamente, mesmo que de maneira restrita.

Já no terceiro capítulo foram avaliados os dados levantados das eleições citadas, com a utilização da técnica da Análise Fatorial e dos modelos de regressão e fez-se um balanço de tudo o que foi visto a fim de focalizar o eleitorado juizforano. A adoção dos conceitos de um “Perfil Urbano Brasileiro” e de seus dois eixos ortogonais o “Movimento de Reafirmação Urbana” e a “Preocupação Social Urbana” será proposta como método de avaliação crítica das cidades brasileiras.

A seguir, apresentou-se as considerações finais e, em seguida, relacionou-se as referências bibliográficas consultadas para embasamento teórico do estudo.

2. ELEITORADO FRACO

Neste capítulo, pretende-se compreender o comportamento do eleitor brasileiro numa atitude fraca e verificar os fatores que influenciam sua decisão de votar.

Primeiramente Silveira (1998) defende a predominância de um novo eleitor não-racional e por isto uma alta volatilidade do voto. Em seguida Kinzo (2005) acredita na pouca visibilidade que os partidos políticos obtiveram na mídia e daí as altas taxas de volatilidade, depois Braga enaltece o papel das elites na estruturação partidária e no estudo avaliado não leva em conta outros fatores influentes.

Uma das tentativas de entender o comportamento eleitoral brasileiro foi realizada por Silveira (1998). Em seu livro “A decisão do voto no Brasil”, ele aborda, primeiramente, as modificações do comportamento eleitoral brasileiro. Assim, clientelismo, identificação partidária, clivagens socioeconômicas, personalismo, racionalidade e volatilidade eleitoral, informação política e participação, mídia e marketing político concorreram para compor o comportamento eleitoral brasileiro e caracterizar suas mudanças.

A partir destas distinções, o autor procura trabalhar o ato da escolha eleitoral, através da construção de uma tipologia que abarcasse todas as motivações eleitorais, todas as formas de escolhas e todos os tipos de eleitores, até alcançar o tipo denominado: novo eleitor não-racional. Este tipo seria caracterizado pela escolha intuitiva, cujo foco seria a imagem do candidato, em que a decisão do voto se construiria na montagem de uma série de informações simbólicas, valorativas e de apelo emocional e não com base nos argumentos lógicos propostos pelos candidatos. Por operar distinções e propor a identificação de alguns tipos eleitorais brasileiros até o advento da televisão e mídias eletrônicas, Silveira (1998) consegue uma tipologia interessante e propositiva.

Ele apresenta uma pesquisa qualitativa, que não traz indicações de números finais, mas deixa indícios que em todo o trabalho, apenas 10% dos entrevistados escolheram a mesma direção ideológica nos sete pleitos que analisou. Também verificou que 50% dos seus entrevistados se encaixariam naquela classe de eleitores contraditórios, que escolhem candidatos e partidos politicamente díspares numa mesma e/ou em várias eleições. Devido a isso, cresceu a taxa de volatilidade eleitoral no país, tese fundamental do novo eleitor não-racional. Silveira (1998) pressupõe uma heterogeneidade do eleitorado em relação ao saber político e por isso a pluralidade de fatores que acabam por influenciar a decisão do voto o que nem sempre é uma atitude consciente.

De todas as teorias trabalhadas por Silveira (1998), a que trata das influências da mídia e do marketing político é que sustenta seu modelo, pois é a responsável pela emergência do tipo eleitoral que defende. Para ele, ficou comprovado que cada indivíduo ao receber informações da mídia processa diferentes interpretações da realidade. Sendo assim, atualmente, as análises que avaliam a influência da mídia buscam entender o processo cognitivo e a recepção pelos indivíduos e os distintos segmentos sociais. Já se poderia, portanto, reconhecer que a seleção e a identificação de imagens e símbolos não é feita apenas de forma racional, mas, principalmente, afetiva e emocional.

Um dos motivos do declínio da identificação partidária estaria no fato de a mídia se instalar numa posição entre o candidato e o eleitor, substituindo as organizações e burocracias dos partidos no papel de mediação com o eleitor. Isto operaria, por outro lado, uma substituição do discurso dos comícios pela linguagem televisiva.

Nessa linha, Silveira (1998) expõe a teoria da política como espetáculo, na qual a televisão atuaria fortemente na personalização da política eleitoral. Apresenta autores que explicam como se comporta a maior parte dos eleitores, que prestam menos atenção aos argumentos políticos lógicos que nos argumentos picantes da vida dos candidatos, de modo que aqueles eleitores que se informam politicamente na televisão, apresentam menor capacidade de discernimento político. E diz ainda que há menor interesse pelos conteúdos programáticos, uma vez que a capacidade de candidatos, através do marketing político em utilizar a linguagem simbólica e o espaço televisivo foi aumentada.

Ao reconhecer a pluralidade dos fatores orientadores, Silveira (1998) tenta então buscar estruturas que expliquem o comportamento eleitoral. Dessa forma, ao negar a hegemonia de uma teoria, indica a parcialidade de todas as teses que estudou e aponta a emergência de um novo tipo de eleitor chamado por ele de: *novo eleitor não-racional*, proporcionada por condições favoráveis dado ao crescimento da importância da mídia nos processos eleitorais.

Ele reforça o fato de que quase todos os eleitores se utilizam, ou já se utilizaram, de cálculos racionais. Em contrapartida, também quase todos seriam de alguma forma influenciados por sentimentos e emoções. A grande diferença verificada é que o antigo comportamento não-racional era previsível pela simples identificação do partido do eleitor, já o novo comportamento baseado em consultas à sensibilidade e sentimentos internos só poderá ser conhecido no momento em que a decisão é tomada. Por tudo isso, adverte que os pesquisadores acabaram deixando de lado os eleitores desinformados, que não se orientam por idéias nem por interesses específicos, ou seja, não se orientam por lógicas políticas.

Assim, Silveira (1998) elabora uma tipologia que congrega cinco temas: identificação, clientelismo, racionalidade, delegação e alienação. Também indica a formação de três grandes modalidades de escolha eleitoral, a saber: comportamento não-racional tradicional, comportamento racional e novo comportamento não-racional.

O autor define o *novo eleitor não-racional* como um eleitor consumidor, escassamente informado, que escolhe os produtos pelos atributos simbólicos que ele oferece. O candidato seria, na verdade, um produto especial a que o marketing político procura dar um tratamento diferenciado, de modo a minimizar ou neutralizar os aspectos negativamente críticos, de maneira que a disputa eleitoral acabará girando em torno das clivagens entre a imagem e o posicionamento dos candidatos.

Para ele, tal eleitor acreditaria mais em políticos atuantes e menos em valores, normas e métodos democráticos; confiaria em alguns políticos em razão de características morais e simbólicas e não em partidos e democracia. Na verdade, o eleitor os testaria a cada instante, apesar de equivocarse com frequência.

Deste ponto de vista, a política torna-se “apolítica”, trabalhada na mão de especialistas e os partidos tornam-se instrumentos nas mãos de uns poucos. Mas como pensar a democracia? Este é o questionamento de Silveira (1998).

Segundo ele, na teoria de Schumpeter (*Apud* SILVEIRA, 1998), a democracia funciona como um arranjo, no qual os grupos organizados e em competição são regulados. Apesar de ser função dos eleitores escolherem as lideranças que cuidarão da política, se a situação muda, eles podem mudar o voto, daí o voto flutuante e mudancista. Ele acaba defendendo que não se pode ignorar a realidade do mundo político e da necessidade de os atores alterarem velhos métodos, atraindo o novo tipo de eleitor, a fim de potencializar os resultados.

Silveira (1998) acredita que o atual enfraquecimento dos partidos e a personalização da política podem parecer um retrocesso, tal como a instituição do *novo eleitor não-racional*. No entanto, bastaria lembrar os antigos partidos burocratas e centralizadores, bem como o voto clientelista, para se chegar à conclusão que apesar de instável e precário, o *novo eleitor não-racional* é benéfico ao sistema democrático. O momento, na visão dele, é de reestruturação das referências ideológicas, num verdadeiro litígio intelectual, de modo que aquele a quem couber maior habilidade e maior capacidade afetiva poderá atuar mais efetivamente nos rumos que virão.

Quem se aproxima do cálculo de Silveira é Kinzo (2005), ao postular a questão cognitiva como obstáculo à uma maior participação política pelo eleitor. Tais idéias têm

especial destaque num artigo, em que ela avalia o papel dos partidos políticos como agentes que organizam o processo eleitoral, e propõe, principalmente, examinar o impacto das estratégias eleitorais das elites partidárias sobre o eleitor. A preocupação seria em que medida os partidos fariam alguma diferença do ponto de vista do eleitor. Seriam eles capazes de orientar o cidadão na decisão do voto?

Supõe-se que para tal, os partidos deveriam possuir visibilidade suficiente na competição eleitoral. Com o conjunto visibilidade e contínua participação é que surgiria a competição partidária, pois assim teriam a opção de oferecer opções políticas, com distintas identidades, tais que o partido poderia se tornar um atalho na decisão do voto. Para tanto Kinzo (2005) procura analisar a volatilidade eleitoral e demonstrar evidências empíricas que indicam que os partidos brasileiros têm tido dificuldade em fixar sua imagem junto ao eleitorado.

Segundo a autora, um importante indicador de consolidação de um sistema partidário seria a estabilização da competição através de uma boa previsibilidade sobre o resultado a ser alcançado pelos principais competidores e que tem por base o comportamento de apoio anterior, mas a volatilidade eleitoral no Brasil estaria em níveis considerados altos. Para tal, também concorda que a duração do padrão de competição partidária é fundamental para que haja lealdade aos partidos e se isto tivesse ocorrido no Brasil, a alta volatilidade eleitoral estaria agora em níveis, significativamente, mais baixos.

Kinzo faz então uma análise da volatilidade eleitoral baseando-se nos estudos de Nicolau e Braga (*Apud* KINZO, 2005). O primeiro apresenta 30% de volatilidade em eleições consecutivas, a segunda defende que a volatilidade estaria acima dos 36%. Tais taxas teriam se mantido altas em função da emergência do PSDB, no início dos anos 90, porém agora, apesar de decaído, estariam muito acima do esperado. A explicação seria a de que não se estabeleceu no Brasil um padrão definitivo de apoio partidário. Outro fator importante seria a influência dos meios eletrônicos nas campanhas eleitorais, no Brasil e no mundo, além da estrutura de incentivos que orienta os atores partidários, dificultando a lealdade partidária.

Mas a principal característica para uma fidelidade partidária pelos eleitores seria sua capacidade de se conectar com eles, criando elos mais estáveis. Entretanto nossas eleições têm sido marcadas, tanto no executivo, quanto no legislativo, por preferência muito mais entre as candidaturas individuais e até mesmo entre alianças do que o reforço da imagem partidária. Um dado importante foi levantado, o de que todos os partidos que estiveram no governo central não tiveram sua marca devidamente reconhecida ou memorizada, deixando baixos os índices de preferência partidária.

De outra forma também pode verificar que estar na posição de oposição também não força um incremento na lealdade partidária, contudo uma parcela significativa da população demonstrou algum tipo de preferência partidária, ou seja, 42%, em 2002, quando principalmente, o PT teve aumento de identificação e preferência junto ao eleitorado. Talvez a grande característica deste partido esteja atrelada ao seu surgimento na década de 1980 como um partido de massa, conseguindo construir uma organização forte como também consolidar nitidamente sua imagem de partido de esquerda.

Outro fator de identificação partidária por parte do eleitor estaria ligado ao nível educacional da população. A autora defende que o PT foi hábil ao construir uma estratégia mais partidária almejando o próprio eleitor e esta seria a base para um desenvolvimento cognitivo da identificação partidária. Para tanto apresenta uma tabela, de uma pesquisa realizada na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) onde desfilam os partidos e o grau de educação da população eleitoral, em baixa, média e alta. E relata que a preferência partidária no Brasil estaria na casa dos 42% e em São Paulo na casa dos 46%, dados de 2003 (cf KINZO, 2005).

Esses dados mostram que a preferência partidária encontra seu nível mais alto junto aos eleitores de mais alta escolaridade, principalmente no caso do PT, e não chega a se confirmar no caso do PMDB. Também foi verificada uma correlação positiva entre escolaridade e preferência partidária o que sugere que tamanha complexidade e baixa inteligibilidade do processo eleitoral brasileiro acabam solicitando do eleitorado grande disposição na obtenção de informação política, fato provável junto ao eleitor mais educado.

É interessante observar que é um contexto que combina baixo nível educacional e alta complexidade da competição eleitoral, a partir disso, acredita-se que quem possui maior escolaridade terá maior acesso à informação política e conseqüentemente sobre os partidos e espera-se encontrar correlação positiva entre nível de informação sobre os partidos e preferência partidária. Mas o estudo também leva em conta que a aquisição de informação política é maior para quem trabalha fora de casa, além de um índice chamado de pró-democracia.

Os resultados da análise de regressão sugerem que o elemento cognitivo é o que de fato explica, no Brasil atual, a preferência partidária e em especial pelo PT. Os resultados também explicam por que a maioria não estreitou laços com os partidos, pois é necessário um volume mínimo de informações para diferenciar os partidos que compõem o sistema partidário e estabelecer um mínimo de lealdade partidária. Com base nisto, a autora afirma que a pequena taxa de partidatismo no Brasil se deve a baixa capacidade cognitiva associada à

disputa político-eleitoral, do que com qualquer sentimento de rejeição político-partidária. Segundo ela, 73% dos entrevistados acreditam que o seu voto tem algum tipo de influência no contexto brasileiro.

Já de acordo com Braga (2010), um dos principais aspectos para se avaliar o sistema partidário brasileiro seria a capacidade que ele tem de estruturar a competição partidária. Os partidos estariam desempenhando este papel escolhendo entre os filiados os candidatos aos cargos eletivos.

Para Braga (2010), os partidos devem, além de articular estratégias de coligação e de formação de chapa para competir com vantagem nos concursos eleitorais do executivo e legislativo, também ser responsáveis pela distribuição de recursos públicos e privados para os candidatos, bem como negociar os apoios dos grupos de interesse além de fiscalizar todo o processo.

A autora destaca que a eleição de 2010 foi o sexto pleito nacional desde o processo de redemocratização e que, apesar de serem 27 partidos nominais a participarem do concurso, na verdade um número bem menor de partidos vem controlando o assento nos cargos eletivos, o que acarreta uma real concentração de poder político. Isto explicaria sucesso das coalizões dominantes, conseguindo efetiva sobrevivência ao longo do processo de redemocratização.

O que se disputa atualmente, com respeito à estrutura de oportunidades, são 27 executivos estaduais e um nacional, 81 assentos para o Senado, 513 cadeiras para a Câmara dos Deputados, e 1059 para as Assembleias Legislativas. Com todos estes números fica fácil admitir a importância das lideranças nas diversas fases do processo eleitoral. A seleção de candidatos, na fase pré-eleitoral, demonstra que alguns partidos são mais inclusivos que outros, já que admitem maior número de candidatos para disputar o pleito, principalmente para os Legislativos.

Para a autora esta é uma das principais funções dos partidos no processo democrático, pois é assim que recrutam as elites partidárias num processo de democracia representativa, como também é o momento onde os conflitos intrapartidários se potencializam. A celebração de coligações eleitorais exige, das lideranças, elevado grau de estratégias, pois tudo dependerá do acordo prévio, de quantos concorrerão por cada partido, quantos ocuparão os cargos em caso de vitória, como será a formação do futuro governo, ou seja, quanto mais efetivas forem as lideranças maiores os ganhos eleitorais obtidos pelos partidos.

A seguir tratar-se-á dos estudos que entendem o eleitorado numa atitude forte, mesmo que reafirmem a força das elites.

3. ELEITORADO FORTE

Após a análise do eleitorado fraco, neste capítulo busca-se compreender a ideia de um eleitorado forte a partir da visão de alguns estudiosos que sob diferentes prismas creem que o eleitorado se movimenta de acordo com as facilidades ou dificuldades postas ao exercício do voto. Tais podem ser diretas ou indiretas, que vão desde a um rápido acesso aos locais de votação, como aquelas barreiras indiretas que impedem uma franca participação eleitoral.

Seguem abaixo as abordagens que podem confirmar a força do cidadão nas eleições brasileiras para o executivo.

Assis (1998) escreveu sobre as eventuais alterações nos indicadores de participação e alienação eleitoral em função da introdução da urna eletrônica, ao comparar as eleições de 1994 e 1998, em Minas Gerais e Goiás.

Toda a análise se pautou na pouca variabilidade ocorrida na eleição de 1998 em relação à de 1994, quanto ao número de eleitores que compareceram às urnas, votantes, e quanto à variação do número daqueles que votam em branco, votam nulo ou se abstêm. Tanto em Goiás quanto em Minas, o percentual de votantes caiu ligeiramente, enquanto o percentual da abstenção subiu, também ligeiramente. O interessante é que houve aumento do total de votos válidos e declínio dos votos brancos e nulos na grande maioria dos pleitos, nos dois estados. Mas foi mais significativa a diminuição de votos brancos e nulos, nas eleições proporcionais, nos dois estados.

Assim, apesar de não se poder afirmar, Assis (1998) indica que tais variações apontam, provavelmente, para a introdução do voto eletrônico e ressalta ainda que, mesmo implantado parcialmente nos dois estados, tal introdução parece tentar corrigir a diferença nas taxas de participação das eleições majoritárias em comparação com as eleições proporcionais e isso produziu uma maior homogeneidade no comportamento eleitoral.

Sua explicação é baseada no argumento de que as eleições para presidente, governador e senador solicitavam apenas a marcação de um X, sendo que nas eleições proporcionais era necessário que o eleitor escrevesse o nome ou o número do candidato, o que poderia induzir o eleitor a erros. Segundo o autor, na era eletrônica, todos os votos exigem o mesmo esforço, lembrando que, desde 1988, vigora a máxima franquia eleitoral, na qual é facultado o voto aos analfabetos (bem como aos maiores de 16 e menores de 18 e também aos maiores de 70 anos). Assis defendeu ainda que a extensão do voto eletrônico a outros estados levaria,

consequentemente, ao aumento da “participação eleitoral”, resultando numa maior legitimidade do processo político.

Quem tratou das questões de escolaridade foi Lima Júnior (1990) que procurou demonstrar, em nota de pesquisa, que os determinantes do absenteísmo não são os mesmos fatores que produzem o voto em branco e o voto nulo. Tal nota tem como ponto de partida avançar sobre as respostas de um trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos (*Apud* LIMA JÚNIOR, 1990), no qual este analisou as taxas de alienação eleitoral. Santos avaliou que a taxa de alienação eleitoral independe da ação do governo, bem como dos ciclos de progresso ou retração econômicos e enfatizou que quanto maior for a credibilidade do pleito ou a força do significado político efetivo, menor será a taxa de alienação eleitoral e que existe, de fato, um valor do voto, já que o eleitor percebe uma relação custo-benefício.

Contudo, Lima Júnior (1990) ressaltou que antes do cálculo racional de como votar, o eleitor avalia, também racionalmente, se vai ou se poderá fazê-lo. Fatores externos acabam por diminuir a capacidade decisória, tais como extensão territorial do estado, grau de urbanização e escolarização. No modelo de regressão em que a taxa de abstenção é a variável dependente, o autor identificou que quanto maior a extensão do estado, maior a taxa de abstenção eleitoral e esta foi a significância mais forte.

No que tange à urbanização, o autor verificou que ela afeta negativamente a abstenção, pois quanto maior, menor a taxa da abstenção. Já as variáveis indicadoras de baixa escolarização afetam positivamente, pois quanto maiores, maior será a abstenção. Tal resultado é enaltecido por ele, já que confirmou uma tradição teórica que valoriza a educação como porta de entrada à participação política. Além disso, demonstrou que o direito ao voto não se dá apenas pelo cálculo político, mas também pelo físico (ecológico).

Quando adotou a taxa de votos em branco e nulos, como variável dependente, Lima Júnior (1990) identificou que a extensão do território tem efeito negativo sobre as mesmas. Isto provavelmente aconteça pelo fato de que caso o eleitor vença as barreiras ecológicas, ele tenderá a votar, mesmo que apenas numa legenda e não a votar em branco ou nulo. Quanto à baixa escolarização, afeta positivamente, pois quanto maior o analfabetismo, maior a probabilidade de votos em branco e nulos.

Em outro trabalho, será com o próprio Lima Júnior (*apud* TAVARES, 1997) que a competição partidária, eleitoral e parlamentar passou a ser examinada rigorosamente como sistema e todo o impacto mecânico resultante do processo eleitoral sobre o sistema partidário parlamentar. Também acerca dos efeitos psicológicos e estratégicos que as regras e as instituições eleitorais acabariam por exercer sobre os eleitores e sobre os partidos políticos, o

que de certa forma definiu a própria fisionomia do sistema partidário eleitoral. Tudo fica claro no grupo de ensaios que compõem o livro “O sistema partidário brasileiro”, organizado pelo mesmo Lima Júnior (1997). Pode-se, desse modo, analisar a diversidade dos padrões regionais, de distribuição de preferências partidárias do eleitorado e, conseqüentemente, a existência e diversidade de subsistemas partidários estaduais. Lima Júnior (1997) então revela que colégios eleitorais estaduais possuem magnitudes diferentes em razão da carta constitucional, o que acabará acarretando um processo de fragmentação do sistema partidário congressual brasileiro.

Em um dos artigos, do estudo acima citado, Lamounier (1997) avalia o sistema partidário mineiro, nos anos 80 e 90, e propõe um refinamento do termo participação eleitoral, que pode, no entender dele, incluir o comparecimento, a abstenção, os votos em branco e votos nulos, como ainda os votos válidos e a alienação eleitoral. Ele constatou que ao lado de uma instabilidade no comparecimento às urnas, houve expansão do eleitorado, principalmente propiciada pelo processo de modernização do próprio estado de Minas Gerais, tais como urbanização, escolarização, faixa etária do eleitorado e alargamento do sufrágio por decisão legal, como também a grande criação de partidos. Confirma ainda que o eleitor mineiro votou hierarquicamente neste período, pois quanto maior a centralidade do cargo, menor foi a proporção de votos em branco e nulos. Mas não deixou de visualizar uma apatia política crescente no período, o que comprovaria a persistência de obstáculos ao exercício do voto.

Em seguida, Lamounier (1997) avalia a votação das coligações partidárias e projeta o índice de avanço partidário com base no número de partidos efetivos até alcançar a taxa de fracionalização eleitoral e parlamentar, através da qual confirma a proposta de “Era” (*cf* LAMOUNIER, 1997) que os sistemas partidários parlamentares são sempre mais fragmentados que os sistemas partidários eleitorais.

O que deve se destacar é que, no Brasil, tal índice tem variado expressivamente num curto espaço de tempo. A partir daí, ele passa a se preocupar em avaliar a volatilidade eleitoral em Minas Gerais, ou seja, a tendência de transferência de voto de um partido para outro. Para chegar a este cálculo de volatilidade, Lamounier (1997) agrupou os partidos em blocos ideológicos. Pôde, assim, verificar um decréscimo da volatilidade dos anos 80 em comparação aos anos 90, o que representaria uma consolidação do novo sistema partidário, apesar de ter diminuído o aumento do número de eleitores, bem como diminuído o aumento do número de partidos. Sua análise se encerra com a verificação que a volatilidade intrablocos será superior à volatilidade interblocos, na grande maioria das vezes.

Já a análise do sistema partidário do Rio de Janeiro foi feita por Schmitt (1997), cujo foco se referiu às eleições, no período entre 1982 e 1994, da Assembléia Legislativa Fluminense e para a Câmara dos Deputados. Neste artigo, ele faz considerações interessantes sobre este sub-sistema partidário e que poderão ser úteis para as confrontações de teses a respeito da política nacional. Ao tratar do multipartidarismo, ele tenta estabelecer uma conexão entre o sistema partidário fluminense e o cenário das eleições majoritárias estaduais, uma vez que o contexto político-eleitoral da disputa seria fator decisivo nos resultados obtidos pelos partidos políticos na disputa pelas cadeiras. As lideranças sempre se envolveriam na disputa, tornando as eleições no Rio das mais acirradas do país, além do fato de a política carioca ser pluripartidária (bem como oposicionista), o que poderia ser confirmado com a pontuação da magnitude eleitoral (*cf* SCHMITT, 1997) dos partidos, quase nunca inferior a quatro. Por isso, mesmo onde havia, em 1982, na maioria dos estados brasileiros, uma tendência bipartidária, no Rio de Janeiro, apenas um dos cinco partidos inscritos não obteve votação acima dos 10%, numa clara demonstração da dispersão das preferências por vários partidos.

Ao computar os resultados das eleições citadas, Schmitt (1997) comenta que observadores não-acadêmicos sempre afirmaram que o eleitorado do estado do Rio de Janeiro era composto de 3/3, ou seja, 1/3 de brizolistas, um terço de anti-brizolistas e por 1/3 de eleitores volúveis e, de fato, quem acabaria por determinar o resultado final de qualquer eleição seria o último grupo. O autor chega até a considerar tal tese para os cargos majoritários do Estado nas décadas de 1980 e 1990, mas prefere avaliar também o comportamento das eleições para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa.

Para melhor entender como o eleitorado se orienta e se comporta, ele parte para a formação de blocos ideológicos, bem como para proceder às análises das taxas de volatilidade eleitoral. A partir dos resultados, inferiu-se que o Rio possui blocos parlamentares consistentes à esquerda, ao centro e à direita, sendo que nenhum é capaz de hegemonia absoluta. Esquerda e centro disputariam mais acirradamente, enquanto a direita seria sempre minoritária. Schmitt (*ibidem*) acha que isto combinaria com a sabedoria política fluminense da lei dos terços, agora na forma de brizolistas e anti-brizolistas e o centro, apesar de anunciar que o eleitorado carioca não teve plena condição de estabelecer a formação de vínculos e identidades dos eleitores com os partidos políticos, em razão das muitas alterações nas regras eleitorais.

Após avaliação destes dados, da representação carioca na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa, estima-se que a volatilidade total média alcance cerca de 1/3 do

número de votantes, comparando duas eleições consecutivas. Observou-se ainda que, a longo prazo, existe uma tendência de diminuição da volatilidade, apesar do peso desigual de cada tipo de eleição, de modo que 2, em cada 3 eleitores preferem votar no mesmo partido. Na Câmara dos Deputados, em média, metade da volatilidade será intrabloco, portanto, um em cada dois eleitores que mudam o partido do voto não muda para qualquer partido, mas para um do mesmo bloco ideológico. Por isso, ele acaba por inferir que, se verdadeiros tais comportamentos, um em cada três eleitores não é fiel a qualquer partido e que, por isto, mudará seu voto e pode-se depreender que a outra metade manterá sua preferência e procurará votar dentro do mesmo bloco ideológico. Como resultado final propõe que apenas 1/6 do eleitorado teria comportamento imprevisível.

Para analisar o sistema partidário paulista, o trabalho de Figueiredo e Lombardo Jorge (1997), que tiveram como objetivo examinar os resultados de quatro eleições proporcionais para a Assembléia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, no período de 1982 a 1994. Eles adotaram a noção de sistema partidário do próprio Lima Junior, ou seja, que dois partidos, no mínimo, apresentem candidatos aos cargos públicos. Para os autores, as sucessivas e ininterruptas reformas das leis eleitorais e dos próprios partidos impediram um processo natural de formação e institucionalização dos sistemas partidários brasileiros, ao contrário do que se pode observar pela ciência política, em países com experiências político-eleitorais de longa maturação. A consequência disso é um sistema partidário artificial, que exige uma reaprendizagem constante por parte do eleitorado na identificação de quais atores o representam, mesmo assim, segundo os autores, o eleitorado tem se saído bem na busca de referências político-partidárias para efetuar o voto.

Para proceder à classificação dos sistemas partidários, eles se basearam nos estudos de Sartori (*apud* FIGUEIREDO; LOMBARDO JORGE, 1997), que orienta o estudo pelo número de partidos relevantes (processo chamado de fragmentação) e a uma avaliação da posição ideológica dos mesmos partidos (processo que chama de polarização). Os dois procedimentos combinados resultaram numa classificação e tipologia que ordenam os sistemas partidários em competitivos e não-competitivos. Os competitivos ainda poderiam ser classificados em bipartidários e pluripartidários (moderados ou extremados). A fracionalização do sistema partidário também é analisada: quanto maior, menos homogêneo, e seu contrário, quanto menor, mais homogêneo.

Figueiredo e Lombardo defendem melhor operacionalidade da proposta de Laakso e Taagepera (*cf* FIGUEIREDO; LOMBARDO JORGE, 1997), em relação ao índice de fracionalização pura e simples, pois pela simples visualização do outro, é possível entender o

comportamento do sistema, citando como exemplo o índice $N = 2,432$, onde a parte inteira indicaria a existência de dois partidos efetivos e a parte decimal a existência de terceiros partidos residuais. Os partidos residuais, embora não tenham força eleitoral e parlamentar suficientes para se assumirem como efetivos, ao ponto de transformarem um sistema bipartidário em multipartidário, podem obter cadeiras suficientes para alterar possíveis coalizões majoritárias, isso tanto num bipartidarismo, quanto num sistema de mais de três partidos efetivos, de acordo com as circunstâncias. E esta seria, segundo eles, a situação que vive o nosso congresso desde 1986, após a reforma eleitoral e partidária.

Para apreender as mudanças ocorridas ou em curso, no sistema partidário, Figueiredo e Lombardo Jorge (1997) defendem o uso do índice de volatilidade eleitoral agregada, que mede as mudanças das preferências partidárias. Como hipótese histórica, imaginaram que um sistema partidário seria institucionalizado quando a volatilidade eleitoral fosse constante e baixa por um longo período de tempo. Para obter o índice, eles aconselham o indicador de Petersen (*cf* FIGUEIREDO; LOMBARDO JORGE, 1997), acrescido do sinal positivo ou negativo, que indicaria se o partido ou bloco partidário perdeu ou ganhou votos ou cadeiras, podendo até indicar um realinhamento eleitoral. Figueiredo (*apud* FIGUEIREDO; LOMBARDO JORGE, 1997) afirmou, em outro estudo, que uma alta volatilidade intrablocos e concomitante baixa volatilidade interblocos significaria certa estabilidade eleitoral entre os blocos partidários. A alta volatilidade interblocos poderia significar instabilidade do eleitorado ou rotação dos candidatos, mas também uma situação de alta volatilidade entre os blocos poderia indicar uma situação de realinhamento eleitoral.

Outra característica nacional importante é que a maioria dos votos aqui são nominais e não dos partidos, logo, a circulação das elites entre e pelas siglas é perturbadora na produção da volatilidade total. Muitas vezes isso acaba por gerar interpretações equivocadas, pois ao calcular com base nos votos ou nas cadeiras, o índice de volatilidade se eleva e passa a indicar baixa institucionalização do sistema partidário, mas como já salientado anteriormente, o eleitor procura seguir, na maioria das vezes, o candidato e não o partido. Caso o pesquisador prefira analisar o contrário, com base nos candidatos, ele encontrará um índice de fidelidade eleitoral que poderá expressar grande estabilidade de candidatos, porém não sistêmica. Quanto ao índice de desproporcionalidade que verificaria a distorção entre a distribuição de votos e a distribuição de cadeiras, uma vez que a representação proporcional é a fórmula adotada em nosso país, Figueiredo e Lombardo Jorge (1997) concordariam com Nicolau (*apud* FIGUEIREDO; LOMBARDO JORGE, 1997), para quem os principais causadores da desproporcionalidade são: a permissão de coligações em eleições proporcionais e o cálculo do

quociente eleitoral, que inclui os votos brancos. Para Nicolau um índice beneficiaria as menores legendas, que não obtivessem quociente eleitoral suficiente, outro beneficiaria as maiores legendas e aumentaria o quociente eleitoral.

Pode-se dizer que também houve no sistema partidário paulista, uma proliferação de partidos políticos, que aparentemente, segundo os autores, pode parecer uma anarquia partidária, mas o eleitorado conseguiu reduzir tal efeito e produziu de fato um sistema partidário real, com um número de siglas menor e digno de democracias. Constatação importante foi verificar que a volatilidade intrabloco é sempre superior à interbloco, independente da fonte ou do nível. Pode-se observar no estudo que não houve, no período 1982-1994, uma situação de realinhamento eleitoral acentuado como no de 1945-1964, além de ter sido percebida relativa estabilidade eleitoral entre os blocos partidários. Portanto, mesmo que o eleitor reorientasse seu voto, o faria dentro do mesmo bloco ideológico. Outra explicação para a alta volatilidade intrabloco é atribuída à instabilidade provocada pela criação de novos partidos e pela rotatividade partidária dos candidatos.

De acordo com os autores, o sistema partidário paulista se assemelha aquele pré-1964, estudado por Lima Junior (*cf* FIGUEIREDO; LOMBARDO JORGE, 1997), que mostrou que após o bipartidarismo do regime autoritário, São Paulo, em quatro eleições, voltou ao leito político-eleitoral, multipartidário, pluralista, moderado e polarizado, quando se notou o crescimento da esquerda e a divisão das elites partidárias paulistas que, do PMDB, acabou gerando o PFL, o PL e o PSDB. Estas e outras divisões partidárias representariam apenas a função de acomodar as respectivas elites partidárias.

Em outro importante trabalho, Carmo, Cordeiro e Rocha (2006) publicaram estudo das últimas 17 eleições, até 2006, no estado de Pernambuco e consideraram elementos históricos, políticos e sociais relevantes e referentes à participação eleitoral, na escolha dos candidatos à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa. Tais autores chegam a defender a possibilidade de que o otimismo e o pessimismo sejam relevantes na participação política. Mas, primordialmente, a auto-estima como a condição essencial no processo eleitoral.

Portanto, quando se percebe indiferença das autoridades políticas nas demandas de transformação da sociedade, os cidadãos reduzem sua inclinação para a participação. Quando, ao contrário, suas demandas são correspondidas e sentem que a participação tem poder de intervenção na realidade política de sua sociedade, os cidadãos sentem-se inclinados a participar continuamente. Com isto, após observarem que a participação dos eleitores pernambucanos tem sido inferior à média regional e nacional, os autores procederam avaliação da evolução temporal do conjunto: participação *versus* alienação, tanto na

Assembléia quanto na Câmara. As informações que apresentam são interessantes pela capacidade de sugestão.

Também é importante destacar que as taxas de alienação tiveram o mesmo comportamento, quer na Assembléia, quer na Câmara. Do mesmo modo, os picos de alienação ocorreram em momentos de grande importância política. Primeiro, em 1954, com a crise política do governo Vargas, ocasião de seu suicídio; depois, durante a tensão do governo militar, em especial após a promulgação do AI-5 e, por último, após a crise do governo Collor, em que a alienação chegou a superar o percentual de votos válidos.

No que concerne à mobilidade parlamentar em Pernambuco, observou-se desde 1950, uma taxa média de renovação abaixo da média nacional, tanto para deputado federal quanto para deputado estadual. O conservadorismo se assume como marca do estado e assim entende-se porque a bancada federal do estado é uma das que menos se renova no país.

Os autores (CARMO; CORDEIRO; ROCHA, 2006) comentam as diferenças dos métodos utilizados para a distribuição das cadeiras entre os partidos, citando o livro “Sistemas Eleitorais” de Jairo Nicolau, editado em 2001 pela FGV. Neste livro, cita-se que são dois os métodos utilizados em eleições parlamentares de países democráticos e observaram, com isto, que a distribuição das cadeiras seria diferente em seis das oito eleições analisadas em Pernambuco, caso o método utilizado para o cálculo da distribuição das cadeiras, no Brasil, fosse o *Sainte-Laguë*, que privilegia os partidos que obtiveram menos votos, ao invés do atualmente adotado (desde 1950), o *D’Hondt*, o qual privilegia aqueles partidos que obtiveram mais votos.

Outro estudioso que se preocupou com o aumento da não-participação eleitoral foi Oliveira (2006), muito embora num sentido diferente. Não-participação revelada pelas altas taxas de abstenção, votos em branco e nulos nas eleições presidenciais de 1989 a 2002. A escolha das eleições presidenciais para tal análise se baseou na crença que tais eleições têm, num regime presidencialista, além de um caráter mais participativo, uma maior relevância institucional. Para ele, a alta abstenção mesmo de eleições presidenciais, acaba colocando em dúvida a legitimidade da própria democracia, uma vez que somente uma parcela limitada do eleitorado participaria do processo que a institui: as eleições.

Oliveira (2006) resgata a circular do TSE em 2001, onde este determinava a revisão ou verificação do eleitorado sempre que o total de eleitores superasse 65% da população da cidade, já que a média nacional para a relação eleitor população era de 67,84%. Em 2003 e posteriormente em 2006 investigações apontaram para cidades onde oito em cada dez habitantes eram eleitores, o que disparou a necessidade de um recadastramento eleitoral.

O autor destaca ainda, que a decepção com o mensalão e outros episódios do gênero levaram o TSE a lançar uma campanha nacional a favor do voto, a fim de inverter uma tendência apontada pelo IBOPE em 2006, em que 11% dos eleitores pretendiam anular o voto. Ele cita a pesquisa de Adriano Macedo Tostes (*cf* OLIVEIRA, 2006) sobre o tema da alienação, que apesar de envolver apenas quatro cidades, entre elas Juiz de Fora, utilizou de 2.286 questionários a fim de medir a eleição presidencial de 1989.

Oliveira (2006) concorda com as razões da alienação segundo Lima Junior (*Apud* OLIVEIRA, 2006), mas propõe a utilização do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e do IES – Índice de Exclusão Social e diz que a abstenção seria um somatório de fatores ecológicos e fatores socioeconômicos enquanto os votos brancos e nulos, simplesmente de fatores socioeconômicos.

Ele lembra que não apenas no Brasil vive-se uma crise dos partidos e de representação política, portanto, inúmeros fatores acabariam por influenciar ou não o ato de votar e encontra respaldo em Vitullo (*Apud* OLIVEIRA, 2006), como a correlação negativa dos cruzamentos entre o IDH e o número do 2º turno da eleição de 1989 e das eleições legislativas de 1986, 1990 e 1994. Portanto, para Vitullo além da proposta de Lima Junior, ele defende que o voto nulo também possa ser utilizado por setores específicos como um ato consciente de protesto e não apenas como sintoma de alienação política.

Diante disso, ele propõe a visão de Nicolau (*cf* OLIVEIRA, 2006) que diz que não se deve atribuir o protesto para as altas taxas de abstenção, pois deixar de ir votar e comparecer aos correios ou a zona eleitoral seria muito mais trabalhoso que o próprio ato de votar. Um dado que chamou a atenção foi que em 1996, 15 unidades da federação, havia mais eleitores inscritos do que adultos em idade de votar. Para corrigir tal discrepância aponta o procedimento utilizado em outros países de calcular o comparecimento não com base no cadastro de eleitores, mas como proporção da população em idade de voto.

Oliveira (2006) recorda Marcus Figueiredo (*Apud* OLIVEIRA, 2006) sobre o impacto do voto obrigatório, que implantado em 1932 pelo código eleitoral manteve-se em todas as eleições posteriores. Pare ele, em países onde o voto não é obrigatório a taxa de abstenção varia de acordo com a interação entre a importância atribuída a eleição e a taxa de competição entre os partidos. Mas entre os que defendem o voto obrigatório cita Fernandes (*Apud* OLIVEIRA, 2006), que acredita em expediente pedagógico para politizar massas imensas, sem acesso à educação, cultura e ao exercício de direitos políticos na sociedade civil, como uma necessidade provisória até que nossa democracia alcance dinamismo próprio.

Com isto conclui, em seu trabalho, que na maioria dos países latino-americanos não se obtém um aprofundamento da democracia social, pois não se tem conseguido conter o crescimento da pobreza e da exclusão social e isso acaba influenciando o processo eleitoral, já que os partidos não conseguem se firmar como portadores eficazes das demandas populares (BAQUERO *Apud* OLIVEIRA, 2006). Portanto apesar de altas taxas de alienação não comprometer a estabilidade, elas podem gerar questionamentos quanto à legitimidade dos governos.

Diferentemente das preocupações quanto ao comparecimento ou abstenção do eleitorado, Melo (2010) discorre seu trabalho desenvolvendo uma abordagem sobre as tendências de coalizões entre os partidos no Brasil, para as eleições de 2010. Segundo ele, em comparação com os sistemas parlamentaristas, os presidencialistas abrem maiores possibilidades de escolhas não apenas aos eleitores, mas também aos líderes partidários. Para ele, o presidencialismo brasileiro tem a característica de uma arena onde não só a condução da política mas o manejo dos recursos no plano federal tendem a ser compartilhados. Assim, faz-se necessário sempre saber as prioridades de cada partido, quais níveis lhe interessarão, e quem priorizará o legislativo em detrimento de maior envolvimento pelo lançamento de candidaturas ao executivo.

Nos últimos pleitos, apenas o PSDB e o PT estariam lançando candidaturas viáveis para o executivo nacional, em razão disto a dinâmica presidencial acabou gerando um efeito estruturante sobre todo o sistema partidário nacional. Para ele, as eleições presidenciais possibilitariam aos eleitores escolher entre diferentes propostas de políticas nacionais. Isto se deveu ao fato de apenas PSDB e PT terem conseguido criar um projeto de política nacional, de apresentar candidatos competitivos para o governo central e de os dois partidos terem se unificado em suas propostas.

Melo (2010) adverte que as eleições estão sujeitas a mecanismos de *path dependence*, ou seja, que decisões tomadas num pleito podem influenciar as eleições seguintes. Assim explica o acanhamento do PDT, a tomada do lugar central até então ocupado pelo PMDB e a derrubada da proposta petista de que tudo era igual, em 1994. Portanto nesta época o PSDB consegue o poder, com a estabilidade econômica, a austeridade fiscal e também com a aliança de centro-direita com o PTB e o então PFL. Tal processo acabou forçando uma revisão de métodos pelo PT, que o obrigou a assumir nova postura e a competição nacional assumiu uma dinâmica mais moderada.

No momento decisório a competição nacional, num sistema altamente fragmentado em que os partidos tinham poucos laços com o eleitorado, ganhou estabilidade e a sequência de

eleições presidenciais acabou por moldar o sistema partidário nacional em dois pólos antagônicos: um à esquerda, encabeçado pelo PT seguido sempre pelo PC do B e mais fracamente pelo PSB e PDT; e outro, à direita, constituído pela aliança PSDB e DEM, posteriormente aderido pelo PPS. Outros partidos como PMDB, PP e PTB ficariam oscilando entre um e outro pólo, utilizando-se das bancadas eleitas. Melo acredita que o mesmo padrão tende a se reproduzir nos estados, já que espelha apenas as coalizões no Congresso Nacional.

Já o papel organizacional dos partidos políticos nas eleições 2010 teve avaliação de Renó (2010). Para ele, nos Estados Unidos, a identificação partidária seria o principal determinante do voto, mas fora de lá, a definição do voto não seria tão clara assim. Inúmeros estudos, no Brasil, tem tentado dar conta de tal indagação e a grande maioria tem concordado que a identificação com o PT tem servido como uma âncora, que orienta o papel eleitoral dos partidos políticos. De um lado, simpatizantes do PT o elegem como orientador de votos do Executivo e também do Legislativo, do outro, aqueles que tem rejeição pelo PT, optam pelos demais candidatos, mas priorizam os que terão maior chance de vitória.

No âmbito das eleições presidenciais, tal disputa estaria polarizada entre PT e PSDB, mesmo que a identificação com o PSDB seja pequena, menor que a do PT e até mesmo menor que do PMDB. Renó (2010) cita dados do ESEB onde 32 % do eleitorado teria simpatia por algum partido político, o que não significa dizer que a simpatia refletirá o voto partidário. Mas, de fato, os dados apresentados mostram maior fidelidade do eleitor petista. Como se observa, a maioria dos eleitores vota por outros motivos que não a identificação partidária, mesmo assim Renó defende a grande influência que têm os partidos políticos brasileiros no processo eleitoral já que são os responsáveis pela organização do pleito, mesmo que os determinantes do voto sejam outros, como a personalidade do candidato, desempenho do governo ou preferências ideológicas.

Assim os partidos disponibilizam aos candidatos recursos, plataformas e apoio institucional, proporcionando a estes uma base coerente e eficaz junto ao eleitor. Isto ocorre em todos os níveis pelo país afora. Isto incluiria o HGPE onde o tempo de exposição é distribuído pelos partidos e serve como termo de negociação entre as coligações. Um segundo aspecto é a distribuição de recursos financeiros pelo partido aos candidatos, que vai do Fundo Partidário às doações partidárias recebidas na campanha. Por último a importância da campanha antecipada dos candidatos, onde geração de multas e exposições sobre faltas cometidas pelo partido concorrente ganha a mídia e gera custos financeiros e reputacionais para os envolvidos. Com isto o autor referenda sua tese que apesar do partido não ser tão

central na decisão do voto, como em outros países, eles organizam a disputa eleitoral brasileira.

Quem se posicionou criticamente quanto ao atual PMDB, um dos mais importantes partidos políticos, foi o Deputado Federal Eliseu Padilha³, a este partido também filiado. Na entrevista ele afirma que o PMDB é, hoje, uma confederação de partidos estaduais, mesmo sendo o maior partido do Brasil, que sofre a influência direta de lideranças pessoais. E por esta razão a dificuldade de uma ação política coesa resulta na dificuldade de lançar candidatos próprios à Presidência da República, com reais chances de vitória. Mas talvez o maior entrave do partido, nas últimas décadas seria a falta de um projeto nacional de poder, a falta de um programa próprio de governo que possa ser ofertado à sociedade e não como pensariam muitos de uma grande liderança nacional. Ele disse que falta ao partido uma bússola e acredita que, ao ouvir as bases nacionais, o partido poderia radicalizar a democracia política e alterar, assim, dois aspectos da democracia ausentes no Brasil: a democracia econômica e a democracia social.

Para comprovar esta tese, ele cita a universalização do terceiro grau por sociedades desenvolvidas e aqui, ainda uma luta árdua para democratizar a universalização do primeiro grau. A segunda questão diz que às carências enfrentadas pelo país não corresponderiam ao volume do nosso PIB. Isto apenas revela concentração exagerada de riquezas e a falta de democratização econômica. Para finalizar, o deputado defendeu que no Brasil temos uma democracia política que funciona e se consolida, já que nossas eleições são livres, com um pleno funcionamento de um judiciário e uma justiça eleitoral. Mas em relação aos aspectos econômicos e sociais nossa democracia ainda não existe, o que acaba por enfraquecer os nossos núcleos urbanos já que carecemos das ocupações e das profissões que exigem conhecimento.

O deputado falou ainda da “costura” realizada pelas lideranças nacionais para compor chapa com o PT para concorrer às eleições presidenciais de 2010. Em sua opinião, o PMDB tem sido partido periférico há muitas eleições e assinalou que a última vez que chegou a participar diretamente do governo foi com Fernando Henrique. Já no governo Lula, o PMDB apenas assistiu a ocupação de cargos pelo governo central. Disse ainda que o partido precisa pensar horizontes de dois ou três mandatos ou eleições para tornar a se distinguir entre os demais partidos e reafirmar suas origens de liderança institucional.

³ Entrevista concedida à Professora Silvana Krause, para a revista eletrônica da UFMG, “Opinião em Debate”, em 09/06/2010.

Outro teórico que tenta captar o raciocínio do eleitor brasileiro para o exercício do voto é Santos (2007), que trata o voto como uma condição mínima, de divisor comum, aos múltiplos interesses advindos da progressiva complexidade social, que obriga os partidos a formularem programas, que muitas vezes aglutinam eleitores com interesses em competição. Por isso, ele entende o pluralismo como constituinte do arranjo histórico contemporâneo brasileiro a caminho do amadurecimento.

Ele acredita que o processo de divisão do trabalho, numa comunidade rudimentar, provocará a especialização dos indivíduos ao ponto de causar isolamento, o que pode afetar inclusive a sobrevivência do grupo dados os riscos de desintegração produtiva. Segundo ele, o processo de reintegração, via complementação mútua das especializações, será mais lento que o progresso da própria especialização. Isto, apesar de não ser diretamente visível em sociedades complexas, deixa rastros pelos desequilíbrios e instabilidades, dada a assincronia de seus distintos momentos. Daí faz uma analogia com o amadurecimento das instituições brasileiras, por isto a impossibilidade da esperança numa estabilidade duradoura no país. A resposta nacional tem sido, então, o movimento de criação de zonas e seções eleitorais, a fim de reduzir os custos de participação. Tal movimento acabará por reforçar a competição político-partidária. Quando trata dos estudos sobre comparecimento e abstenção, adota a hipótese da expectativa do eleitorado, independente apenas das variáveis educação e renda. Num *cálculo de razoabilidade*, numa espécie de racionalidade fraca, cada qual votaria caso acredite que o resultado possa lhe trazer consequências positivas, ou decida zerar um voto contrário. Caso acredite que não, não comparece ou não vota.

Quanto à histórica instabilidade brasileira, Santos (2007) adverte que ela ocorre tanto produtiva, como improdutivamente e existe na forma de estabilidades funcionais (dissipativas) para a manutenção do *status quo*, distintas daquelas estabilidades produtivas, capazes de estimular avanços nas condições materiais das sociedades. O autor defende que as sociedades não caminham ao acaso, mas segundo decisões de suas lideranças, ao sabor de erros e acertos em contextos gerados por processos nos quais elas possuem pouco ou nenhum controle.

Dessa forma, mesmo com os sólidos juízos negativos acerca do funcionalismo das instituições democráticas, serão as disputas produtivas, expressão da insatisfação poliárquica, as responsáveis pela dinâmica democrática, promovendo o progresso e o bem-estar. Esta insatisfação não seria suficiente para alterar o comportamento da maioria das pessoas, assim como a diferença entre opinião e comportamento e sua origem estariam no superpovoamento do universo político, em comparação ao último período democrático, entre 1945 a 1962.

Na verdade, a atual dificuldade estaria em administrar o grande volume de demandas, em que a insatisfação popular revelaria mais descontentamento com o atraso institucional. Parece existir um descompasso entre a sociedade política, com uma profunda especialização dos grupos de interesse e o atraso das instituições. Mas isto apenas confirmaria que o país está entrando e não saindo do universo da política representativa e da universalização dos direitos, no qual grupos e correntes de opinião debatem, confrontam, cooperam precisamente nos parlamentos. O crucial é que outras democracias venceram isto no passado e nós ainda não. Como o progresso social tem sido exageradamente lento, Santos (2007) acredita que a falsa alienação do brasileiro não tem sido avaliada como uma estratégia de sobrevivência, num contexto de precária constitucionalidade como o Brasil. Mesmo assim, seria possível a ele avaliar o *custo do fracasso*, simplesmente pelo fato de as pessoas serem universalmente dotadas de racionalidade, independentemente da renda ou grau de instrução e poderem perceber as propriedades materiais da sociedade e serem capazes de ajustar sua percepção numa escala em que se vive e na qual gostaria de estar, num âmbito de satisfatória condição de vida.

Os números brasileiros apontam para a insatisfação do modo de vida e, mesmo assim, continuam pouco expressivos os movimentos de associação. Para melhor compreender esse fato, Santos (2007) afirma que a redistribuição de renda funciona como base para acumulação de capital, assim como ocorreu em outros países, por isso a saída seria que o governo objetivasse estimular o crescimento econômico ao ponto de elevar o poder de compra das famílias. Pode então utilizar a idéia de *privação relativa* de Runciman (*apud* Santos, 2007), ou seja, uma métrica do bem-estar, que seria o *hiato* entre as posições finais e iniciais, avaliadas pelo próprio sujeito. Isto seria uma atualização da dinâmica conflitiva da interação social situada por Hobbes (*apud* Santos, 2007), e a avaliação tocquevilliana que às sociedades pobres, mas igualitárias, sucedem as dinamicamente cumulativas, mas desiguais. Daí a ambição estimulando a própria vida, apesar dos efeitos da *inércia social*, já que mesmo aquelas alterações significativas costumam ser sentidas apenas como variações incrementais, diluídas nos números agregados.

Nesse caso, a *inércia* estaria funcionando como vetor estabilizador na rotina interativa social e como tradutora das políticas setoriais na adaptação social. Mas como identificá-la? Para tal, Santos (2007) utiliza da análise gráfica de variáveis socioeconômicas, na qual os dados revelaram uma conservação agregada da distribuição e quando houve evolução, refletiram apenas que a mudança atingiu igualmente as distintas regiões ou estratos, congelando as diferenças regionais. Mesmo assim, concorda que não fossem as políticas de

manutenção do *status quo* adotadas, o quadro talvez fosse ainda pior. Na verdade, os indivíduos nascem, crescem, envelhecem e morrem sem que a sociedade tome nota.

Para Santos (2007) não existem, na realidade, grandes obstáculos à organização da ação coletiva e, ao contrário, confirmam que aquelas ações coletivas que se constituíram conseguiram razoável eficácia na consecução de seus propósitos. Será o perverso mecanismo de permanente acumulação sem redistribuição intermitente que confirmará este aspecto, o mais sutil problema da ação coletiva, o *custo do fracasso*, já que pode resultar em significativa deterioração do *status quo* dos participantes. Ser pobre, no Brasil, indicaria uma alta aversão ao risco, forçando uma orientação por estratégias de sobrevivência e isto acaba retroalimentando o esquema de acumulação, uma vez que não é contestado. Entretanto, o processo de universalização democrática intervém na distribuição econômica. A intensa competição eleitoral obriga os concorrentes a oferecerem melhorias aos seus eleitores, inalcançáveis se tentadas individualmente. E seria aqui que o voto clientelístico ganha força, pois o custo comparado de melhorias pelo voto e de melhorias por reivindicações coletivas é extremamente baixo, já que a decepção com o político apenas atrasa a constituição de uma melhora real, não deteriorando o atual *status quo*. Em uma próxima investida, o eleitor troca o voto. Apesar de abominá-lo, Santos (2007) trata o voto clientelístico como a única arma das populações carentes, custo zero com valor de troca permanente, mas o responsabiliza pelo estado inacabado da República brasileira, para ele em avançado processo de desconstitucionalização.

Já a pesquisa de Reis e Castro (2001) procura entender o raciocínio individual que almeja participação responsável nas comunidades, ou seja, cívica. Nesta perspectiva eles partem do princípio que um enfrentamento de perspectivas epistemológicas nas ciências sociais é também visível nas discussões sobre a democracia e as condições de consolidação democrática. De um lado a perspectiva da “escolha racional”, que privilegia os interesses e o cálculo racional, por estes orientados. De outro lado a perspectiva “convencional” numa abordagem sociopsicológica, que privilegia os valores e normas no comportamento das pessoas.

A abordagem “convencional” se expressa com a idéia de “cultura política”, e entende o processo democrático como sendo fruto da criação e difusão de uma cultura política que lhe seja afim. Diferentemente, além dos estudos econômicos clássicos dos mecanismos democráticos tem-se a aplicação do instrumental da escolha racional orientada aos problemas da transição à democracia e da estabilidade democráticas, contribuição de Przeworski (*apud* REIS; CASTRO, 2001).

Contrariando tais abordagens unilaterais os autores solicitam uma psicologia “complexa” capaz de explicar de modo adequado as complicações da ação. Tal deveria ser capaz de se referir ações a atitudes, que além de abarcar as aspirações, desejos ou interesses, avaliasse não somente o componente prescritivo, normas e valores morais de qualquer natureza, mas também um componente cognitivo, que incluiria as percepções, crenças e expectativas. Por isto defendem, que apesar de parecer incluir os fatores cognitivos, a racionalidade não os inclui. O problema é que a identidade é plasmada socialmente o que acaba por influir para as tomadas de escolha racional, incluindo a adesão a um ideal de vida que requer moralidade. De modo que, para os autores, tudo isto conduz a uma sociopsicologia do desenvolvimento intelectual. Então, operada a inversão, racional / cognitivo emerge a conexão do tronco cognitivo / racional, e os problemas da conexão do tronco cognitivo / moral, reorientando a discussão para o campo normativo da abordagem sociológica da cultura política.

Com relação à consolidação da democracia o texto acaba se dirigindo para os problemas de sua institucionalização. Do lado convencional, a consolidação democrática é vista a partir da implantação de normas democráticas que sejam capazes de ser absorvidas pelos agentes políticos, criando uma cultura política de fato, num processo de institucionalização democrática. Já a abordagem alternativa, baseada na escolha racional, tem influencia em Przeworski (*cf* REIS; CASTRO, 2001). A pergunta desta abordagem se fundamenta em como a democracia dura, ou como é possível consolidá-la, se a partir de um equilíbrio resultante da própria busca pelos agentes. Mas Przeworski está interessado num sentido estrito de institucionalização, algo contrastado com a dinâmica de normas bem como a intencionalidade das barganhas, sofrendo a tensão daqueles mesmos mecanismos típicos de mercado e pensada a atuação mútua, “cada um faz o que é melhor para si dado o que os outros fazem” (PRZEWORSKI *apud* REIS; CASTRO, 2001, p.33). Mas os autores vêem dificuldades na possibilidade de tais mecanismos engendrarem uma democracia estável. Przeworski cairia no círculo de fazer uma constituição que seja auto-impositiva, quer dizer, a produção de normas que redundem espontaneamente numa dinâmica dos mecanismos impositivos apesar da dificuldade de uma apropriada institucionalização.

Ao se examinar a idéia de normas e suas relações com a operação de fatores cognitivos, pode-se depreender que o equilíbrio auto-impositivo pretendido por Przeworski assenta-se na contraposição entre o causal (também aquela causalidade de Elster) e o intencional (que pode estar presente nas barganhas, mas também na operação das normas). Mas existem duas maneiras de entender as normas, onde o quesito cognitivo ou intelectual por

si só operaria tal distinção. Primeiramente a ideia que as normas seriam fruto da aceitação pelo próprio sujeito num processo de autonomia. Mas, de outra forma, as normas também poderiam ser assimiladas do mesmo modo que a moralidade convencional, assimilação e interiorização de maneira irrefletida e sem relutações pelos agentes. Nesta perspectiva não seriam objeto de um processo de deliberação intencional, mas as normas acabariam sendo fatores causais agindo no condicionamento das ações das pessoas (tal como afirmam os defensores da escolha racional, que destacam a intencionalidade ao invés de destacar o papel a causação normativa).

Para os autores o tipo de normas será fundamental para tentar um sentido de equilíbrio democrático. Serão as normas irrefletidas, aquelas interiorizadas sem reflexão, que propiciam a institucionalização, entendida esta como envolvendo uma tradição ou cultura, ou de uma disposição sociopsicológica vivida pelos integrantes da comunidade e por isto agem confortavelmente segundo os moldes descritos pela tradição. Mas uma tradição de civismo, com os valores democráticos atuantes, seria característica de uma democracia consolidada, dado o equilíbrio conquistado, também normativo, que estipula os parâmetros para o jogo auto-impositivo dos interesses. Será desta maneira que o indivíduo mesmo coagido pelo interesse próprio, fazendo o que é melhor para si dado o que os outros fazem, de Przeworski, tem também a atenção secundária, mas efetiva, das normas no sentido de segurar os efeitos do interesse na ação de todos no grupo. Aqui percebe-se que as almejadas consolidação e institucionalização da democracia consistiriam em implantar com eficácia os tais parâmetros normativos do jogo auto-impositivo dos interesses, tornando automática tal reprodução, tal a intuição fundamental de Durkheim (*apud* REIS; CASTRO, 2001), e seus mecanismos causadores das cristalizações. Contudo fica a dificuldade do legislador ou do estadista, preocupados em viabilizar e consolidar uma constituição democrática.

Os autores partiram então para a realização de um survey tendo como tema central a ideia da existência de um pacto social. A análise dos dados baseou-se na intenção de observar articulação entre cognição e normas com referência ao tema da democracia, tentando explorar as relações entre opiniões políticas e sofisticação. Os dados avaliados indicam que tende a aumentar a sofisticação política quando a predisposição a uma adesão geral à democracia também aumenta. Tal correlação também aumenta quando se contrapõe à democracia a ditadura. Mas dados levantados na pesquisa demonstram quase uma distinção nos conceitos de democracia e direitos civis, pela consciência popular. Assim o que pareceria estar intimamente ligado, não está. Mas foi possível identificar o papel cumprido pela variável sofisticação política, já que o incremento dela predispõe a um aumento da disposição

favorável às instituições democráticas, bem como a propensão de se deixar seduzir por soluções personalistas e autoritárias.

Os autores (REIS; CASTRO, 2001), questionam se a articulação entre a cognição e as diferentes maneiras de se aderir às normas orientaria a uma adesão reflexiva aos princípios democráticos por aqueles mais sofisticados intelectualmente. Porém, acabam por resgatar uma hipótese alternativa que afirma, que há atualmente, um caráter convencional da adesão aos valores democráticos mesmo naqueles países que não contam com uma tradição democrática mais efetiva, tal qual o Brasil. De modo que, as chances à uma difusão e institucionalização de democracia em outros países, acabaria por impor uma apresentação mais informada e sofisticada ao mundo político aumentando as chances da inserção ocorrer apenas na atmosfera convencional. No Brasil, esta adesão, supostamente espontânea dos valores democráticos, é mesmo irrefletida e acabaria por nos remeter à nossa herança aristocrática e elitista, bem como seu caráter estratificado e dual. Portanto, descobre-se a possibilidade da ocorrência de que quanto mais sofisticadas as pessoas, mais elas se inclinariam a se ver como anti-democráticas. Importante também lembrar que nossos sofisticados seriam também os mais educados e os mais economicamente favorecidos. O convencionalismo se ajustando não somente aos aspectos político-institucionais da democracia, mas a valores de maior alcance, como o altruísmo, a solidariedade ou o civismo se opondo a manifestação de atitudes egoístas ou cínicas orientadas para o interesse próprio. Mas os dados revelaram uma rejeição ao egoísmo calculista, em todos os níveis de sofisticação.

Quando se procurou avaliar o caráter mais ou menos cívico e altruísta e conseqüentemente mais egoísta e cínico, da atitude dos entrevistados em relação aos problemas do país, os autores esperavam que os setores mais educados e sofisticados tomados como mais propensos ao civismo, se mostrassem menos propensos ao cinismo (grifo nosso), ocorrendo uma preferência altruísta. Entretanto, maior escolarização e maior sofisticação acabaram produzindo reavaliação de posição altruísta inicial reorientando a uma posição egoísta ou cínica. Assim percebe-se que em circunstâncias que evidenciem a inoperância destas normas, onde a solidariedade seja atrelada a ingenuidade, substituiu-se o civismo pelo cinismo. Portanto, existe a possibilidade de estabelecer uma conexão entre sofisticação e convencionalismo. Tal redefinição indica uma atitude mais reflexiva, em virtude de colocarem em ação fatores de ordem intelectual. Isto caminharia na direção da proposta de Olson (*apud* REIS; CASTRO, 2001), em que afirma que o dilema da ação coletiva não implica que os homens sejam egoístas, mas apenas racionais.

Os dados avaliados sugeriram ainda um efeito autônomo, quando se adere a uma norma, menos efetiva ela se torna, quando a realidade impõe à prova. Contudo aceitam as limitações desta medida quando se alcança um civismo sem o conhecimento relevante de informações políticas. Importante ressaltar um grande impacto no encontro daqueles que possuiriam baixa sofisticação pois são também aqueles que agiriam com muito cinismo. Seriam mecanismos de natureza cognitiva que ora reforçam ora suspendem a operação de normas altruístas, solidárias ou cívicas. Isto acaba por questionar a perspectiva econômica, que destaca a preponderância da racionalidade e do cálculo, e a perspectiva sociológica, que enfatiza os valores da cultura e das normas. De modo que ao invés de um cálculo puro, o elemento cognitivo, a informação em sentido amplo se articula com as normas de maneira complexa. Deste modo não haveria uma intransponibilidade entre o racional e o valorativo ou normativo e entre a economia da ação instrumental.

Portanto, normas adquiridas de maneira irrefletida e espontânea podem redundar numa cultura política de fato cívica e democrática. Acontece que a norma pode tornar-se irrelevante, muitas vezes, pois dependerão de como os aspectos de natureza cognitiva, percepções e interesses, possam interferir. Mas com que frequência isto ocorreria? Para Reis e Castro (2001) isto seria uma espécie de solapamento hobbesiano, ocorrendo também em países de democracia estabelecida, onde as normas convencionais enraizadas acabariam se correspondendo às da cultura cívica. Faz-se então uma comparação do apreço ao bem público e aos mecanismos possivelmente existentes entre a oferta e a demanda de apreços de todos os outros cidadãos. Países em que a condição pretoriana prevaleça, não é apenas tal condição que deverá ser superada através da difusão e assimilação de normas cívicas, mas de um jogo intrincado de coordenação onde as cognições convirjam de modo adequado.

Mas um dado importante é que as reavaliações cívicas detectadas foram sempre minoritárias, mesmo nos casos de alta sofisticação política e os deslocamentos para a opção cívica, nunca alcançando 50%, e nos demais estratos tendo participação bem mais baixa. Porém mesmo minoritárias, os autores acreditam que tais mecanismos seriam possíveis em outras sociedades, principalmente em momentos de crise. A análise caminha no sentido de que, já que é a elite a mais sofisticada e politicamente envolvida a que tem maiores taxas na degeneração do civismo, o envolvimento e a sofisticação política não deveriam ser incentivados a todos, numa apatia necessária. Encontram assim um paradoxo onde uma apatia ou mesmo uma ingenuidade seriam necessárias à estabilidade democrática, contrariando o ideal republicano de participação ativa e efetiva.

Contudo, os autores reiteram que os desafios contemporâneos do ideal de cidadania conteriam elementos igualitários e consensualistas para a participação nas comunidades, elementos estes que incluiriam as virtudes cívicas e solidárias, como também os deveres e responsabilidades, mas também um elemento de afirmação autônoma, que afirmasse cada elemento. De modo que tal ambivalência seria característica da própria política, a afirmação instrumental dos interesses individuais e de outro lado a definição de solidariedade e de identidades coletivas. A conciliação das duas tensões seria o grande desafio atual.

Após as reflexões acerca do eleitorado forte pode-se ter início a avaliação das taxas de comparecimento das eleições para o executivo com a utilização das técnicas estatísticas que pretenderam, preferencialmente, validar a força do eleitorado e não invalidar a força das elites.

3 . AVALIAÇÃO DOS DADOS

Como o objetivo secundário desta dissertação é estabelecer associação entre índices socioeconômicos e comparecimento eleitoral a fim de comprovar maior comparecimento do eleitorado juizforano, assume-se aqui como centrais ao eleitor, na decisão do voto, os argumentos desenvolvidos pelos teóricos que defendem a educação e/ou o significado político da eleição, ou seja, aspectos cotidianos que vislumbrem a manutenção e/ou obtenção da qualidade de vida. Portanto, uma atitude forte do eleitorado em relação ao voto. Por isto fez-se a escolha de variáveis, específicas, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

PRESSUPOSTOS

Ao se avaliarem os pressupostos estatísticos para aplicação dos modelos de regressão, observou-se que o índice da intensidade da indignação sobe quando a “renda per capita” é alta e que o índice da “intensidade da pobreza” desce quando a “renda per capita” sobe. Assim, à medida que a renda sobe, diminui a pobreza e aumenta a indignação⁴. Fica subentendido que cidades médias superam a pobreza e que as cidades grandes, mesmo que a pobreza já não seja o maior dos problemas, não conseguem conter o problema da indignação⁵.

Seguem abaixo os *scatter-plot's* dos cruzamentos entre as variáveis de “renda per capita” e “intensidade da pobreza” (gráfico 1), e “renda per capita” e “intensidade da indignação” (gráficos 2 e 3). Nota-se que no cruzamento com a “intensidade da indignação” o r^2 é baixo, o que indica, provavelmente, uma relação não-linear. Mas, se ao menos forem

⁴ Necessário destacar que renda per capita alta é uma característica, ao menos brasileira, de cidades maiores.

⁵ Pude lembrar que obtive, certa vez, uma explicação de uma assistente social, onde ela afirmava que trabalhar nos centros de triagem e abrigos de indigentes de Juiz de Fora era algo extremamente angustiante pois era fácil o estabelecimento de vínculos afetivos e que as histórias de vida eram todas relativas a algum tipo de violência, abandono, decepções. Foi-me sugerido à época que indignação estava intimamente ligada ao desespero, à falta de higiene corporal, a falta de endereço fixo, afastamento dos laços familiares e comunitários, ao alcoolismo e ao uso de drogas. É grande o número de indigentes que se dedicam a coleta dos chamados reciclados, nos locais de coleta de resíduos urbanos. Em contraste a pobreza significava recursos insuficientes para a manutenção individual e da família. Assim parece que os laços de família e amizade são mais fortes e mais eficazes em cidades de menor porte, onde também a vizinhança, as comunidades e suas associações se empenham em repartir esperanças e experiências com os indivíduos que acabam por integrar esta faixa da população. Já nos grandes centros a individualidade chega a tal termo que afasta todos de todos. Tal conceito pode ser melhor entendido com a leitura de Simmel (SOUZA; OELLE, 2006).

retirados aqueles pontos que iniciam o movimento ascendente, cidades como Brasília, Vitória, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Ribeirão Preto, ou seja, as metrópoles, tem-se uma interpolatriz com um r^2 de 0,466, que já pode ser considerado algo razoável numa equação de correlação.

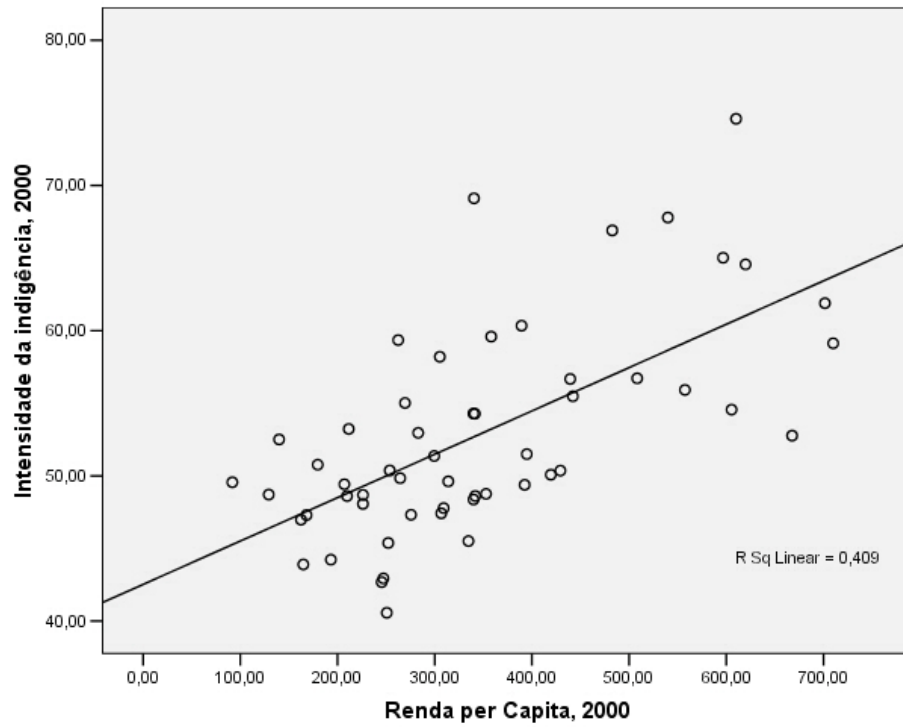


gráfico 1

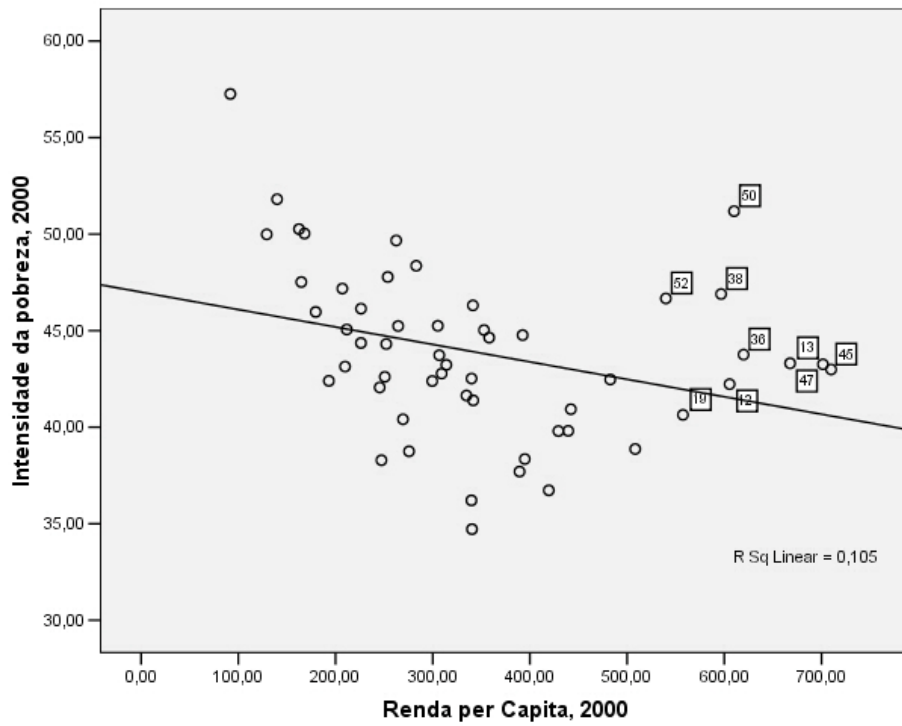


gráfico 2

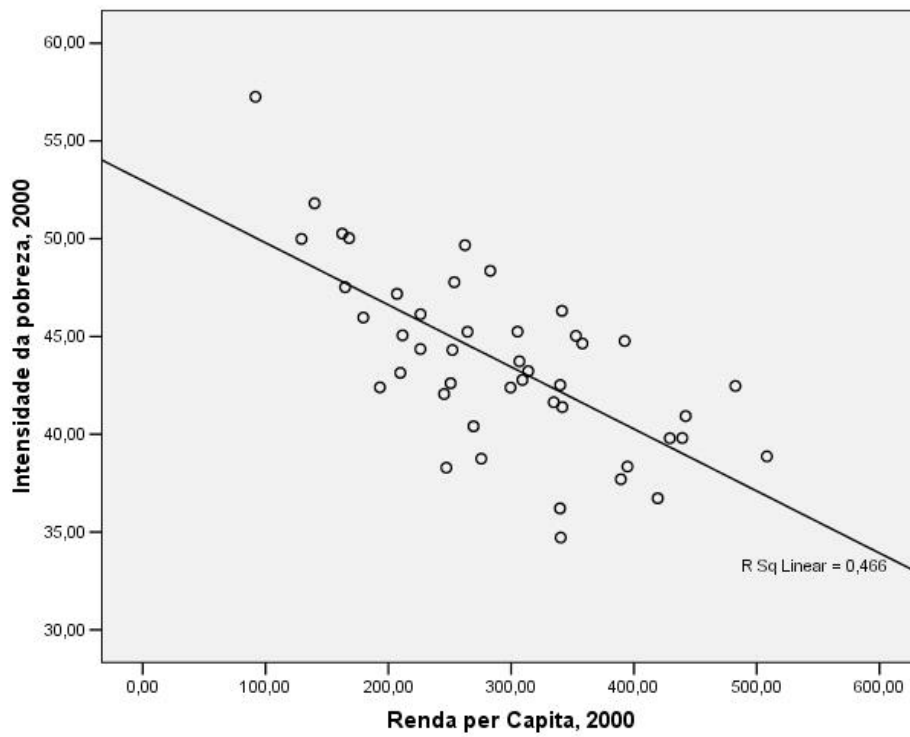


gráfico 3

Ao final da citada análise, os pressupostos da Regressão Linear Múltipla - RLM foram em parte atendidos, o que possibilitou a aplicação dos modelos.

DADOS

Como fonte geral de dados, utilizou-se o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (IBGE, 2003), que contém variáveis socioeconômicas, relativas ao censo de 2000, importantes para dimensionar a qualidade de vida, mas que em sua maioria não foram usadas diretamente para compor o IDH brasileiro. As variáveis relativas às eleições foram retiradas diretamente do *site* do TSE. Não foram avaliadas devido à baixa ocorrência, aquelas relativas ao 2º turno das eleições. A ampliação do número de cidades foi necessária, pois dados de apenas cinco cidades seriam insuficientes para qualquer análise mais avançada, de modo que foram selecionadas 54 cidades. Esta escolha se baseou no critério de incluir todas as capitais, inclusive o Distrito Federal. Foi escolhida uma segunda cidade de destaque estadual, que estivesse relativamente distante da capital estadual, além de estar incluída entre as 100 maiores cidades brasileiras. As exceções foram para Minas Gerais, onde se ampliou o número para cinco cidades, já que Juiz de Fora é motivo do presente estudo. Assim, em Minas, foram escolhidas cidades que podem ser consideradas pólos em suas regiões. Em São Paulo também ampliou-se o número para três, dada a pujança do estado.

ANÁLISE FATORIAL ^{6 7}

Magalhães (1997) é quem discute a possibilidade da construção de cenários alternativos aos apontados pela história ou pela conjuntura analisada, com vistas à explicação ou mesmo à previsão de eventos nas ciências sociais.

A explicação que agora segue se utiliza do “Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil” que é composto por variáveis que mensuram aspectos da qualidade de vida da população, correlacionadas umas com as outras e por isto não sendo aconselhável estarem presentes conjuntamente nos modelos de regressão. Entre muitas possibilidades e usos das técnicas multidimensionais, (KRUSKAL, 1978) (EYSENCK, 1976), o trabalho caminhou na

⁶ Para os procedimentos de análise fatorial e modelos de regressão foi utilizado o pacote SPSS.

⁷ O professor Machado Soares (2005), utilizou-se dessa técnica na composição de indicadores sócioeconômicos num trabalho orientado para a “Teoria da Resposta ao Item”, o qual o presente autor somente teve acesso após a conclusão desta dissertação.

direção daquela denominada genericamente de Análise Fatorial, que é capaz de criar variáveis indicadoras, que resumem a informação de um conjunto de variáveis, na qual a correlação entre estas é grande. Através desta técnica, identificou-se duas dimensões no conjunto de 22 variáveis independentes, por ora selecionadas. Com base nestas dimensões produziu-se dois fatores capazes de resumir 70% da informação contida nestas variáveis. Após rotacionados, tais componentes explicaram 38,9% e 31,1% do total. Como se verá no quadro abaixo, a interpretação dos fatores se dá pelas cargas, que é a correlação existente entre o fator em questão e a variável, quanto maior em valor absoluto, maior a relação. Seu sinal indica a direção da relação. Os resultados desta análise estão expostos na Tabela 1 a seguir:

<i>Variáveis ora selecionadas</i>	<i>Componentes</i>	
	<i>1º</i>	<i>2º</i>
Esperança de vida ao nascer, 2000	0,597	
Renda per Capita, 2000	0,847	0,417
Intensidade da indigência, 2000	0,593	
Intensidade da pobreza, 2000		-0,757
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	0,476	0,825
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000	0,453	0,837
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 2000	0,576	0,678
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV, 2000	0,345	0,831
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000		0,852
Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000	0,374	0,841
Percent pessoas q vivem em domicílios c/densidade acima 2 pessoas p/ dormitório, 2000		-0,881
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 2000		-0,578
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000	0,313	
Percentual de pessoas q vivem em domicílios c/ pelo menos 3 dos bens anteriores, 2000	0,756	0,516
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 2000	0,912	
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com doze anos ou mais de estudo, 2000	0,817	0,404
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000	-0,897	
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000	-0,908	-0,309
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o curso superior, 2000	0,784	0,441
Taxa bruta de frequência à escola, 2000	0,539	
Taxa de alfabetização, 2000	0,889	
Número de médicos residentes por mil habitantes, 2000	0,750	0,349

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano do BRASIL, 2000 (IBGE, 2003)

A variável “Esperança de Vida ao Nascer” tem sua carga expressiva apenas em relação ao 1º componente, sendo inexpressiva em relação ao 2º componente. A carga da “Renda per Capita” é expressiva nos 2 componentes, mas a do 1º componente chega a ser quase o dobro da carga do 2º componente. Outra variável é a “Intensidade da Indigência”, verificada como expressiva no 1º componente. Em compensação, a carga da “Intensidade da Pobreza” é muito destacada negativamente no 2º. Poderíamos, dessa forma, começar a delinear a diferença entre a essência do 1º e do 2º componentes. No grupo de variáveis relativas à infra-estrutura urbana, a carga do 2º componente de quase todas as variáveis é sensivelmente mais expressiva do que a carga do 1º, o que enfatiza que o 2º componente se consolida como característica de maior poder de distribuição. No que diz respeito ao grupo de variáveis relativas às características habitacionais, verifica-se que, com relação ao “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios Subnormais”, a carga é expressiva apenas com o 1º componente. Com relação ao 2º, a carga é expressiva negativamente tanto com o “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios com Densidade acima de 2 pessoas por Dormitório”, quanto com o “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios e Terrenos Próprios e Quitados”.

Ao final da análise, o 2º componente ortogonal foi entendido como uma preocupação no atendimento de serviços básicos, uma vez que parece demonstrar que serviços de infraestrutura básica são expressivamente superiores àqueles encontrados no 1º. Por isso, foi denominado como “Preocupação Social Urbana”. Com o 1º componente ficou subentendido um desvio de tal preocupação: o atendimento de serviços básicos. Neste, pode-se observar cargas superiores de escolaridade, de consumo, de atendimento médico, de *renda per capita*. Mas, em contrapartida, as cargas de indigência e de habitações subnormais são relevantes, além daquelas relativas aos serviços de infraestrutura serem inferiores aos do 2º componente, de modo que o 1º componente ortogonal foi denominado de “Movimento de Reafirmação Urbana”. De posse disto, foi iniciado o procedimento de regressão. Note que ao considerar os escores dos eixos ortogonais, poder-se-á observar a importância de cada componente ortogonal no desempenho de cada uma das 54 cidades.

MODELOS DE REGRESSÃO

Um modelo de regressão é utilizado na tentativa de se explicar uma variável (dependente) com base em outras (variáveis independentes). Optou-se pelo uso do mesmo conjunto de variáveis independentes em todas as variáveis dependentes. Estas, a seguir relacionadas, são descritoras do comportamento eleitoral nas eleições presidenciais, e para governadores de 2006, e municipais de 2008 (em alguns casos): “% do Comparecimento”, “% de Votos Válidos”, “% de Abstenção”, “% de Votos Brancos”, “% de Votos Nulos”; “% de Votos Brancos e Nulos”; “Taxa de Alienação”⁸. As variáveis independentes aqui utilizadas foram: “1º componente ortogonal”, “2º componente ortogonal” e “população”. Foram lançadas nos modelos, primeiramente em separado, para depois o serem em conjunto. Os modelos de regressão foram sintetizados no quadro a seguir⁹:

⁸ Adota-se aqui o entendimento técnico de taxa, ou seja, a soma do número da abstenção, dos votos em branco e dos votos nulos, dividido pelo número de eleitores aptos ao exercício do voto.

⁹ A confecção deste quadro de significância – diagrama - foi questionada, inúmeras vezes, quanto à sua utilidade, por professores e colegas. Apesar de sua estrutura inicial ter sido diferente, o que importa dizer é que o quadro reflete a mesma lógica de exposições gráficas, ou seja, maior facilidade de entendimento e apreensão dos dados por que expõe a distribuição inteira, de significâncias, num só campo visual. A existência de um sistema (TAVARES, 1997) operando poderia ser passível de ser captada, mesmo que apenas numa face, e parece que se obteve êxito já que o movimento tocquevilliano, bem como hobbesiano e a métrica de Runciman, ressaltados no trabalho Santos (2007) puderam, neste quadro, ser identificados. Também reitera afirmações de Lima Junior (1997).

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Como poderá ser observado foram realizados 132 modelos de regressão, embora apenas os modelos significantes estejam assinalados. Ainda assim, a leitura dos resultados será feita levando-se em conta apenas a **relevância** e a **tendência** dos mesmos (grifo nosso). Portanto, modelos isoladamente significantes, ou nem tão relevantes, não serão lidos aqui. Ficará ainda visível que a significância acompanha um certo tipo de centralidade do cargo, fato explicado por estudiosos em perspectivas distintas da apresentada aqui. Para melhor entendimento do quadro, o leitor deverá seguir a mesma ordem das letras em caixa alta no quadro de significância, conferindo a significância com os quadros constituintes dos modelos de regressão, a seguir.

Observou-se no campo I, do “Quadro de Significância” da página 52, que o principal grupo de modelos de regressão realizado foi significativo para as eleições presidenciais e para as eleições governamentais, contando somente com os dois componentes ortogonais. Desse modo, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”. Quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento” e quando aumentam tanto o “Movimento de Reafirmação Urbana”, quanto a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”. Abordando numa perspectiva negativa, o resultado se manteve, pois quando diminuem as mesmas variáveis independentes tende a aumentar a “Abstenção”. Quanto às eleições municipais, não foi significativo em relação ao comparecimento para as eleições municipais, merecendo estudo posterior. Entretanto, quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a abstenção. Conforme os quadros de nº 1 à 13, logo abaixo:

quadro nº 01 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	0,348		242,018	,000
Movimento de reafirmação urbana	,740	,352	,280	2,106	,040

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.1 – P.1

quadro nº 02 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,708	0,348		45,105	,000
Movimento de reafirmação urbana	-,740	,352	-,280	-2,106	,040

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.1 – P.2

quadro nº 03 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	0,348		242,018	,000
Movimento de reafirmação urbana	,740	,352	,280	2,106	,040

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.1 – E.1

quadro nº 04 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	0,348		242,018	,000
Movimento de reafirmação urbana	-,740	,352	-,280	-2,106	,040

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.1 – E.2

quadro nº 05 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	0,349		241,740	,000
Preocupação social urbana	-,730	,352	,276	2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.1

quadro nº 06 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,708	0,349		45,052	,000
Preocupação social urbana	-,730	,352	-,276	-2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.2

quadro nº 07 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	0,349		241,740	,000
Preocupação social urbana	-,730	,352	,276	2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.1

quadro nº 08 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,708	0,349		45,052	,000
Preocupação social urbana	-,730	,352	-,276	-2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.2

quadro nº 09 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,607	0,413		37,744	,000
Preocupação social urbana	-,815	,417	-,261	-1,952	,056

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.2 – M.2

quadro nº 10 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	,337		250,287	,000
Movimento de reafirmação urbana	,740	,340	,280	2,178	,034
Preocupação social urbana	,730	,340	,276	2,148	,036

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.3 – P.1

quadro nº 11 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,708	,337		46,646	,000
Movimento de reafirmação urbana	-,740	,340	-,280	-2,178	,034
Preocupação social urbana	-,730	,340	-,276	-2,148	,036

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.3 – P.2

quadro nº 12 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	,337		250,287	,000
Movimento de reafirmação urbana	,740	,340	,280	2,178	,034
Preocupação social urbana	,730	,340	,276	2,148	,036

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.3 – E.1

quadro nº 13 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,708	,337		46,646	,000
Movimento de reafirmação urbana	-,740	,340	-,280	-2,178	,034
Preocupação social urbana	-,730	,340	-,276	-2,148	,036

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.3 – E.2

Já no campo II a, no mesmo quadro, foi detectado que quando analisada separadamente a “Preocupação Social Urbana” tende também a aumentar os “Votos em Branco”, os “Votos Nulos”, o “Somatório de Brancos e Nulos”, tanto nas eleições presidenciais, quanto nas eleições governamentais. Quanto às eleições municipais, o modelo se torna significativo quando aumentando-se a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. Também como já afirmado quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a abstenção. Como análise geral da linha 1.2, entende-se que o aumento da “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento, em contrapartida, também tende a aumentar os “Votos em Branco” e os “Votos Nulos”. Pode-se depreender disso que apesar do eleitorado se comportar com elevada preocupação numa razão mais distributiva, implica que apesar do comparecimento o voto também acaba sendo orientado para Brancos e Nulos, talvez pela previsão de estagnação na vida do cidadão. Os quadros que seguem, de nº 14 à 27, comprovam as análises acima:

quadro nº 14 de coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	0,349		241,740	,000
Preocupação social urbana	,730	,352	,276	2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.1

quadro nº 15 de coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,708	0,349		45,052	,000
Preocupação social urbana	-,730	,352	-,276	-2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.2

quadro nº 16 de coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	93,031	0,260		357,156	,000
Preocupação social urbana	-,837	,263	-,404	-3,183	,002

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos válidos

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.3

quadro nº 17 de coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	2,279	,114		20,050	,000
Preocupação social urbana	,476	,115	,499	4,149	,000

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.4

quadro nº 18 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	4,692	,176		26,671	,000
Preocupação social urbana	,360	,178	,270	2,025	,048

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % nulos

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.5

quadro nº 19 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	6,971	,260		26,775	,000
Preocupação social urbana	,836	,263	,403	3,180	,002

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco e nulos

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.6

quadro nº 20 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	84,293	,349		241,740	,000
Preocupação social urbana	,730	,352	,276	2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % comparecimento

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.1

quadro nº 21 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,708	,349		45,052	,000
Preocupação social urbana	-,730	,352	-,276	-2,075	,043

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.2

quadro nº 22 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	90,558	,434		208,718	,000
Preocupação social urbana	-1,519	,438	-,433	-3,467	,001

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % válidos

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.3

quadro nº 23 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	3,319	,213		15,569	,000
Preocupação social urbana	,791	,215	,457	3,674	,001

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.4

quadro nº 24 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	6,085	,299		20,333	,000
Preocupação social urbana	,769	,302	,333	2,546	,014

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % votos nulos

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.5

quadro nº 25 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	9,357	,455		20,587	,000
Preocupação social urbana	1,607	,459	,437	3,502	,001

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % votos em branco e nulos

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.6

quadro nº 26 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	15,607	,413		37,744	,000
Preocupação social urbana	-,815	,417	-.261	-1,952	,056

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % abstenção

^b Localização no quadro de significância 1.2 – M.2

quadro nº 27 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	2,359	,152		15,740	,000
Preocupação social urbana	,408	,154	,345	2,648	,011

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.2 – M.4

Observar-se-á que aquela leitura dos resultados no campo IIa, poderá ser comprovada com a inserção da variável “aumento da população” no campo IIb, ou seja, quando aumenta a população, aumenta a concorrência intergrupos, o que, provavelmente, dificultará a ascensão de muitos, já que demonstram significância estatística, quer dizer, quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a diminuir os “Votos Válidos” nas eleições presidenciais. De outro modo, quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco” e “Votos em Branco e Nulos” nas eleições presidenciais, como também tende a aumentar os “Votos em Branco” tanto nas eleições estaduais, quanto nas municipais. Os quadros de nº 28 à 32, a seguir, corroboram tais análises:

quadro nº 28 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	95.801	1.444		66.327	
Preocupação social urbana	-,742	,261	-,358	-2,848	,006
População (transformada)	-1,057	,542	-,245	-1,948	,057

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos válidos

^b Localização no quadro de significância 2.2 – P.3

quadro nº 29 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	,527	,604		,873	,387
Preocupação social urbana	,416	,109	,436	3,818	,000
População (transformada)	,668	,227	,336	2,947	,005

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 2.2 – P.4

quadro nº 30 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	4.202	1.444		2.911	.005
Preocupação social urbana	.741	.261	.358	2.844	.006
População (transformada)	1.056	.542	.245	1.948	.057

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco e nulos

^b Localização no quadro de significância 2.2 – P.6

quadro nº 31 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	1.080	1.173		.921	.362
Preocupação social urbana	.716	.213	.415	3.363	.001
População (transformada)	.853	.440	.239	1.939	.058

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 2.2 – E.6

quadro nº 32 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	-.209	.797		-.263	.794
Preocupação social urbana	.320	.144	.271	2.225	.031
População (transformada)	.980	.299	.398	3.275	.002

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 2.2 – E.6

Ao se introduzir a “População”¹⁰ (verificar o campo III do mesmo “Quadro de Significância” da página 52), nos modelos de regressão depreende-se que, nas eleições presidenciais, o aumento do “Movimento de Reafirmação Urbana” e diminuição da “População” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Seguindo a mesma lógica dos modelos anteriores, quando diminuem a “Preocupação Social Urbana” e a “População” tende a aumentar os “Votos Válidos” e quando aumentando-se o “Movimento de Reafirmação Urbana” e diminuindo-se a “Preocupação Social Urbana” e a “População” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Pelo exposto pode-se concluir que o aumento da população provoca incremento de “Votos em Branco” e de “Votos Nulos” e a diminuição da população tende a aumentar os “Votos Válidos”. Isto acaba corroborando o movimento de ambição apontado por Santos (2007), confirmando a já citada proposta toquevilliana bem como a do solapamento hobbesiano, ao defenderem o movimento de ambição como propulsor de participação política, mesmo que apenas eleitoral no caso brasileiro. O espelho negativo dos votos válidos nas eleições presidenciais e o conjunto de brancos nulos também reforça este raciocínio e pode ser verificado realizando as leituras dos quadros de nº 33 ao de nº 40, abaixo:

quadro nº 33 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	98,955	1,742		56,805	,000
Movimento de reafirmação urbana	,779	,316	,376	2,467	,017
População (transformada)	-2,260	,657	-,524	-3,429	,001

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % válidos

^b Localização no quadro de significância 2.1 – P.3

¹⁰ Transformada logaritmicamente e dividida por mil.

quadro nº 34 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	1,577	1,140		1,383	,173
Movimento de reafirmação urbana	-,574	,207	-,432	-2,778	,008
População (transformada)	1,188	,430	,429	2,763	,008

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos nulos

^b Localização no quadro de significância 2.1 – P.5

quadro nº 35 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	1,050	1,741		,603	,549
Movimento de reafirmação urbana	-,779	,316	-,376	-2,469	,017
População (transformada)	2,259	,657	,524	3,439	,001

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco e nulos

^b Localização no quadro de significância 2.1 – P.6

quadro nº 36 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	95,801	1,444		66,327	,000
Preocupação social urbana	-,742	,261	-,358	-2,848	,006
População (transformada)	-1,057	,542	-,245	-1,948	,057

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos válidos

^b Localização no quadro de significância 2.2 – P.3

quadro nº 37 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	,527	,604		,873	,387
Preocupação social urbana	,416	,109	,436	3,818	,000
População (transformada)	,668	,227	,336	2,947	,005

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 2.2 – P.4

quadro nº 38 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	4,202	1,444		2,911	,005
Preocupação social urbana	,741	,261	,358	2,844	,006
População (transformada)	1,056	,542	,245	1,948	,057

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco e nulos

^b Localização no quadro de significância 2.2 – P.6

quadro nº 39 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	97,958	1,691		57,939	,000
Movimento de reafirmação urbana	,676	,301	,326	2,243	,029
Preocupação social urbana	-,699	,253	-,323	-2,642	,011
População (transformada)	-1,880	,638	-,436	-2,945	,005

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos válidos

^b Localização no quadro de significância 2.3 – P.3

quadro nº 40 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	2,045	1,690		1,210	,232
Movimento de reafirmação urbana	-,676	,301	-,326	-2,245	,029
Preocupação social urbana	,667	,253	,322	2,639	,011
População (transformada)	1,879	,638	,436	2,946	,005

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco e nulos

^b Localização no quadro de significância 2.3 – P.6

E no campo IV, do mesmo modo como verificado em IIa e em IIb, quando aumentam a “Preocupação Social Urbana” e a “População” tende a aumentar os “Votos em Branco”, agora nos três níveis, nacional, estadual e municipal. A eleição presidencial parece influenciar mais o pêndulo esperança e ambição sinalizando uma expectativa do eleitor que sua vida poderá mudar.

quadro nº 41 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	2,279	,114		20,050	,000
Preocupação social urbana	,476	,115	,499	4,149	,000

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.2 – P.4

quadro nº 42 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	,527	,604		,873	,387
Preocupação social urbana	,416	,109	,436	3,818	,000
População (transformada)	,668	,227	,336	2,947	,005

^a Variável dependente: eleição para presidente 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 2.2 – P.4

quadro nº 43 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	3,319	,213		15,569	,000
Preocupação social urbana	,791	,215	,457	3,674	,001

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.2 – E.4

quadro nº 44 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	1,080	1,173		,921	,362
Preocupação social urbana	,716	,213	,415	3,363	,001
População (transformada)	,853	,440	,239	1,939	,058

^a Variável dependente: eleição para governador 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 2.2 – E.4

quadro nº 45 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	2,359	,157		15,055	0,000
Movimento de reafirmação urbana	,312	,158	,264	1,971	,054

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.1 – M.4

quadro nº 46 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	2,359	,152		15,470	,000
Preocupação social urbana	,408	,154	,345	2,648	,011

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.2 – M.4

quadro nº 47 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	2,359	,148		15,963	,000
Movimento de reafirmação urbana	,312	,149	,264	2,090	,042
Preocupação social urbana	,408	,149	,345	2,732	,009

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 1.3 – M.4

quadro nº 48 - coeficientes do modelo de regressão^{a,b}

modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Desvio do erro	Beta		
Constante	-,209	,797		-,263	,794
Preocupação social urbana	,320	,144	,271	2,225	,031
População (transformada)	,980	,299	,398	3,275	,002

^a Variável dependente: eleição para prefeito 2006 - 1º turno - % votos em branco

^b Localização no quadro de significância 2.2 – M.4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação procurou-se abordar uma sequência de estudos que ao analisar o comportamento do eleitorado puderam contribuir para um entendimento específico do juizforano.

No primeiro e segundo capítulos seguem os estudos que objetivam a dissecação do eleitorado em fraco e forte. Acredita-se que se conseguiu discorrer sobre o sentido do voto para o brasileiro.

Para finalizar a avaliação dos dados que comprovaram significância estatística do comparecimento do eleitorado em conjunto com a oferta de variáveis socioeconômicas. Isto de outro modo confirma a tese que o brasileiro realiza algum tipo de reflexão, já que elas incluem variáveis de renda, de riqueza e pobreza, conforto, habitação, saúde, consumo, educação etc.

Para alcançar tais resultados veio a constatação que, para a aplicação das técnicas estatísticas, são necessários testes de propriedade e que numa dessas etapas pode-se verificar uma associação entre "Renda Per Capita" e "Pobreza" e "Renda Per Capita" e "Indigência", onde foi possível perceber que cidades grandes não conseguem resolver o problema da indigência, mas que tendem a resolver o problema da pobreza. Mas que, em cidades muito grandes, apesar da grande geração de riquezas, a pobreza ressurge. Assim pode-se esperar, com o crescimento das cidades, o aumento da indigência e o ressurgimento da pobreza. Esta relação foi também colaborou para inspirar os conceitos dos eixos ortogonais que a técnica da Análise Fatorial disponibiliza. Segundo analistas, a chave para a utilização desta técnica é saber nomear ou entender o que os resultados indicam e espera-se que este trabalho tenha conseguido êxito nisto.

Também deve ser destacada a dificuldade inicial em replicar os resultados de pesquisas anteriores acerca do comportamento do eleitorado, como já foi mencionado, pelo simples fato de terem como 'objeto de análise' estados e não municípios, sendo isto, o que forçou a utilização de novas técnicas. Mesmo com o relativo sucesso alcançado, tentou-se a opção pelos fatores, ortogonais, primeiramente fatores educacionais, fatores habitacionais, de consumo, até que se verificou significância com todo um conjunto de variáveis relativas à infraestrutura urbana.

Numa primeira avaliação pensou-se nominar os eixos como bem-estar social e especialização do bem-estar, mas como a questão urbana, muitas vezes, extrapola o bem-

estar, tal idéia foi descartada. De modo que a construção de um índice unificado para comparar a oferta de serviços básicos à população tem por fim acreditar que os resultados das ações das lideranças e dos governos não ficam imunes de serem avaliados por quaisquer observadores externos que tenham como objetivo verificar o estágio em que se encontra a vida individual e familiar, através da medição dos serviços oferecidos às comunidades e que podem ser traduzidos como dignidade e o conforto oferecido aos cidadãos. A proposta e sua técnica poderiam ser aprofundadas numa composição de uma cidade minimamente ideal onde os serviços de infraestrutura básica oferecidos atualmente às nossas cidades pudessem ter referência para orientar investimentos à nossa e aquelas outras que os tem em defasagem, numa tentativa de universalização. Deste modo pode-se pensar qual a distância se encontrou, se encontra ou que venha se encontrar cada uma das cidades avaliadas, os meios utilizados para atualizá-las e os investimentos necessários para tal empreendimento.

Estudos podem já comprovar que os efeitos colaterais da movimentação de recursos destinados a investimentos em políticas públicas não podem impugnar a distribuição de renda direta e indireta. Nisto a certeza que a manutenção do bem-estar nos remete à necessidade da geração de energia, de saneamento básico, da coleta e do tratamento de resíduos, dos cuidados com os mananciais, de participação no mercado de consumo, e toda outra série de serviços disponibilizados aos cidadãos, como aquela idéia de manutenção e preservação do *status quo*. Acredita-se que é por isto que as pessoas votam, o civismo expressado pelo interesse na realização de dignidade na vida de todos bem como pela possibilidade de conquistas individuais, pois o desejo oscila entre a esperança de manutenção e / ou melhora da condição mínima e pela ambição da conquista. Na verdade, todos os estudos aqui apresentados defendem a existência, no Brasil atual, de um pluralismo, de ideais democráticos, da importância dos partidos e de nosso sistema partidário, como ainda focalizam nossas elites além de considerar o eleitor.

Toma-se aqui aquela pressão moderadora da formação política sobre a sociedade, mas sem esquecer aquela outra pressão também moderadora do estado em nossa formação política, que ainda se faz presente. Nesse “quebra-cabeças” composto de variáveis dependentes e independentes o país vem se transformando e nota-se que essas características também se encaixam em nossa política local.

Quando imaginamos o formato de nosso sistema partidário, podemos concordar com um pluralismo moderado já que tal classificação faz fronteira com os sistemas bipartidários de um lado e pelo pluralismo extremado e polarizado de outro, contendo de 3 a 5 partidos relevantes. Parece também ser a forma que se repete em Juiz de Fora, a cidade como um

microcosmo do sistema partidário brasileiro e que abriga desta maneira a mesma formação política, um pluralismo moderado e segmentado e isto fica visível nas coligações partidárias das eleições municipais das últimas décadas. A existência dos âmbitos visível e invisível na política assegura que, de fato, os partidos podem camuflar seus interesses de diferentes maneiras e acaba por embaçar a aparência, se apenas os avaliarmos na dimensão esquerda-direita. Alia-se a isto que as coalizões às vezes nos levam a pensar inversão das posições antes estabelecidas. Daí a importância de destacar que esta classificação, ao eleger a polarização como medida bidimensional, não esgota a classificação dos partidos¹¹.

Mas percebeu-se que a cidade tem um pluralismo institucionalizado e se consegue resultados tão positivos em sua infraestrutura só o faz pelo resultado de sua política ativa, que gravita pelo centro¹², numa disputa centrípeta e busca encontrar sempre o consenso, “carinhosamente chamado por estas bandas de união”, carregando mais para um lado, vez por outra para o outro lado, mesmo que o caminho para tal seja mesmo o embate de idéias. Deve-se destacar que os últimos prefeitos são, ainda hoje, lembrados com carinho pela população: Agostinho Pestana, Itamar Franco, Tarcísio Delgado, Mello Reis, Custódio Mattos e suas exceções já que a política de coalizões causou tamanha fragmentação que abriu flancos para pender a balança onde a degeneração da norma chegou a se tornar relevante.

Com relação ao PT podemos dizer que apesar de nunca ter eleito um prefeito, o partido tem vencido sistematicamente as últimas eleições presidenciais na cidade e consegue sucesso em eleições para a Câmara Municipal, para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal. Esse fato também demonstra que o eleitor juizforano acompanha e em certo sentido até lidera a avaliação do governo petista já que responde nas urnas quanto ao sentimento de esperança e quanto à avaliação dos resultados obtidos.

Juiz de Fora ainda contou com a eleição de um Presidente da República, que também ocupou o governo estadual e a prefeitura da cidade, cargos que representam os três níveis do executivo no Brasil, além de ter ocupado o senado da República por mais de um mandato. Tais fatos permitiram a cidade avançar na manutenção do *status quo*, como ainda, e por muito tempo, nos lembraremos, tamanhos foram os benefícios alcançados. Mas isto de modo algum diminui a importância de nossos embates políticos visto que a cidade participou de modo ativo em momentos cruciais da história política e econômica do país, o que confirma um comportamento cívico e a força da estrutura educacional de nossa cidade.

¹¹ Seiler (2000) atribui a Duverger avanços nessa área.

¹² O próprio Sartori fez um *mea culpa* afirmando ter atualizado sua opinião sobre o centro, passando a acreditar que ele ao invés de cumprir uma função imobilista, acaba desempenhando uma função moderadora, principalmente depois do caso Allende (SARTORI, 1982).

Assim reitera-se que serão as disputas produtivas aquelas que expressam a insatisfação poliárquica, as responsáveis pela dinâmica democrática, capazes de promover o progresso e o bem-estar¹³. Tais disputas se apresentam, principalmente, pelos partidos políticos e se eles transmitem a idéia de partes, desse modo, admitem-se as partes e o todo passa a ser pluralista, num todo-de-partes e resultante do jogo mútuo entre elas. Por isto é que não se pode negar a relação do partido com o todo. Assim, se um partido é incapaz de governar para o todo não é partido, mas facção. Embora possamos afirmar que algumas coisas não contribuem para o bem-estar geral, simplesmente por não serem do interesse geral, como distinguir o que é e o que não é do interesse de todos? Portanto, enquanto não se puder avaliar o que tem e o que não tem peso na motivação humana, temos que prezar pelo equilíbrio entre as partes, pois a orientação de união ou separação estará sujeita ao comportamento da parte vencedora, ou seja, que seja capaz de governar para o todo¹⁴.

Nota-se que é comum diferentes partidos, ou coalizões, privilegiarem maior preocupação social em alguns aspectos, enquanto buscam especialização em outros. É sabido que o peso da coalizão fará pender a balança para uma maior especialização com reforço ou não da preocupação social ou preocupação social com menor especialização. Percebe-se, assim, como alguns conseguem angariar maior simpatia, pois sempre realizam o movimento de consultas às bases, mesmo que uns o façam mais que outros. E outros, mesmo que consigam resultados empíricos relevantes, já que preferem a autonomia da implementação da informação técnica, acabam, às vezes, por angariar certa antipatia. Na verdade, quando trata-se da própria comunidade, todos querem ter o direito de participar, mas fica a dúvida, quem pode e quem não pode, quem deve e quem não deve participar e é assim que ainda se afiguram boa parte de nossas instituições.

Pelo acima exposto, pode-se então propor, a partir dos dados levantados, o conceito de um “Perfil Urbano Brasileiro” através da existência de dois componentes ortogonais: os indicadores de “Movimento de Reafirmação Urbana” e da “Preocupação Social Urbana”, os quais sugerem que as cidades brasileiras possuem uma dinâmica complexa, visível através da força de sua associação com as variáveis socioeconômicas. Tal perfil ranqueia, de alguma forma, as conquistas das cidades e pode-se, então, avaliar associações entre tal situação e o comportamento eleitoral. Portanto, a proposta inicial de comprovar uma maior participação do eleitor de Juiz de Fora em relação a Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Uberlândia, poderá ser confirmada. Quando as cidades são ordenadas pelos indicadores, Juiz de Fora

¹³ Santos (2007).

¹⁴ Sartori (1982).

obtem a 19ª posição no 1º eixo, conforme Tabela 11, e a 3ª posição no 2º eixo, conforme Tabela 12.

Tabela 11			Tabela 12		
CIDADES AVALIADAS	posição no 1º score	score do "Movimento de Reafirmação Urbana"	CIDADES AVALIADAS	posição no 2º score	score da "Preocupação Social Urbana"
Florianópolis	1º	2,09241	Cachoeiro de Itapemirim	1º	1,09272
Porto Alegre	2º	1,92680	Rio Verde	2º	1,07013
Vitória	3º	1,70712	Juiz de Fora	3º	0,97605
Curitiba	4º	1,52530	Uberlândia	4º	0,95722
Rio de Janeiro	5º	1,48489	Sinop	5º	0,83932
São Paulo	6º	1,34466	Londrina	6º	0,79245
Ribeirão Preto	7º	1,32365	Goiânia	7º	0,75705
Belo Horizonte	8º	1,11371	Campo Grande	8º	0,73743
Presidente Prudente	9º	0,87005	Santa Maria	9º	0,72656
Brasília	10º	0,85721	João Pessoa	10º	0,71254
Belém	11º	0,84071	Governador Valadares	11º	0,64412
Cuiabá	12º	0,78179	Presidente Prudente	12º	0,63787
Goiânia	13º	0,68933	Caruaru	13º	0,61838
Santa Maria	14º	0,64839	Campos dos Goytacazes	14º	0,59826
Salvador	15º	0,62106	Chapecó	15º	0,56130
Manaus	16º	0,54650	Campina Grande	16º	0,54628
Londrina	17º	0,38613	Brasília	17º	0,53758
Palmas	18º	0,37419	Belo Horizonte	18º	0,53307
Juiz de Fora	19º	0,36228	Natal	19º	0,52045
Uberlândia	20º	0,29414	Aracaju	20º	0,36670
Recife	21º	0,29229	Fortaleza	21º	0,31849
São Luís	22º	0,26250	Arapiraca	22º	0,31602
Campo Grande	23º	0,21439	Maceió	23º	0,31357
Aracaju	24º	0,19580	Porto Alegre	24º	0,30597
Chapecó	25º	0,13101	Ribeirão Preto	25º	0,30507
Parintins	26º	0,09836	Recife	26º	0,30320
Porto Velho	27º	0,08590	Curitiba	27º	0,29680
Macapá	28º	0,06168	Imperatriz	28º	0,25223
Santarém	29º	0,05202	Montes Claros	29º	0,23529
Boa Vista	30º	-0,01496	Vitória	30º	0,19062
João Pessoa	31º	-0,04564	Florianópolis	31º	0,18975
Natal	32º	-0,08673	Teresina	32º	0,16441
Fortaleza	33º	-0,14659	Rio de Janeiro	33º	0,06409
Corumbá	34º	-0,37395	Mossoró	34º	-0,00056
Rio Branco	35º	-0,44656	Parnaíba	35º	-0,00878
Montes Claros	36º	-0,48290	São Paulo	36º	-0,02365
Teresina	37º	-0,51539	Ji-Paraná	37º	-0,03203
Sinop	38º	-0,61966	Cuiabá	38º	-0,12610
Maceió	39º	-0,62089	Salvador	39º	-0,13903
Governador Valadares	40º	-0,67216	Feira de Santana	40º	-0,31801
Santana	41º	-0,75005	Palmas	41º	-0,32647
Campos dos Goytacazes	42º	-0,79582	Araguaína	42º	-0,38715
Araguaína	43º	-0,81074	Corumbá	43º	-0,43541
Feira de Santana	44º	-0,81077	Boa Vista	44º	-0,45786
Rio Verde	45º	-0,82304	Crato	45º	-0,60915
Cachoeiro de Itapemirim	46º	-0,91468	Belém	46º	-0,62997
Ji-Paraná	47º	-0,91950	Porto Velho	47º	-0,71629
Campina Grande	48º	-0,94740	Macapá	48º	-0,96739
Mossoró	49º	-1,06272	São Luís	49º	-0,97236
Crato	50º	-1,36067	Rio Branco	50º	-0,98214
Imperatriz	51º	-1,42642	Manaus	51º	-1,11683
Caruaru	52º	-1,85733	Santana	52º	-1,25003
Parnaíba	53º	-2,01274	Santarém	53º	-3,07462
Arapiraca	54º	-2,66692	Parintins	54º	-4,90716

Como foi significativa o modelo que reúne a “Preocupação Social Urbana” e a “Porcentagem de Comparecimento”, linha 1.2 e colunas P.1 e E.1 no quadro da página 51, será possível pelo valor predito da **equação** de regressão confirmar a superioridade do comparecimento em Juiz de Fora, tanto nas eleições presidenciais quanto nas estaduais. Para a eleição municipal, o comparecimento não foi significativo¹⁵, entretanto, se analisada pelo valor predito da **equação** de regressão que reúne a “Preocupação Social Urbana” e a “Porcentagem de Abstenção”, linha 1.2 e colunas P.2, E.2 e M.2 da página 52, verifica-se que a abstenção de Juiz de Fora é inferior a todas as outras. Uma comparação entre os resultados dos modelos significantes e os resultados eleitorais poderá ser feita também utilizando-se das Tabelas 7, 8 e 9, adiante¹⁶.

Tabela 7					
Eleição Presidencial de 2006					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Compareciment	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	90,17	89,81	89,25	91,88	91,24
Branco	4,01	3,26	3,35	3,03	3,12
Nulos	5,82	6,93	7,40	5,09	5,65
Branco e Nulos	9,83	10,19	10,75	8,12	8,77
Taxa alienação	24,13	22,72	25,19	21,00	22,00

Fonte: TSE

Tabela 8					
Eleição Estadual de 2006					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Compareciment	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	87,91	80,56	88,95	89,02	84,55
Branco	4,63	6,71	4,02	4,71	5,93
Nulos	7,46	12,73	7,03	6,28	9,53
Branco e Nulos	12,09	19,44	11,05	10,99	15,46
Taxa alienação	26,03	30,68	25,44	23,46	27,72

Fonte: TSE

¹⁵ Parece que as eleições municipais seguem uma lógica própria, provavelmente o eleitor sabe que o prefeito não terá chance caso não tenha apoio da situação estadual e / ou nacional. As lideranças, e o conceito de influência “parsoniano” (*apud* HABERMAS, 1997), propostos pelo candidato poderão falar mais alto ao eleitor.

¹⁶ Importante advertir que o valor predito das equações de regressão não está, logicamente, disponível neste artigo. Mas é possível replicar os resultados.

Tabela 9					
Eleição Municipal de 2008					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	83,15	85,15	82,09	84,37	85,29
Abstenção	16,85	14,85	17,91	15,63	14,71
Válidos	85,48	89,90	87,25	92,08	93,89
Branços	6,13	3,55	5,27	3,34	1,81
Nulos	8,39	6,55	7,48	4,58	4,30
Branços e Nulos	14,52	10,10	12,75	7,92	6,11
Taxa alienação	28,92	23,45	28,38	22,31	19,92

Fonte: TSE

Pelo exposto acima, verifica-se que a cidade está bem situada nas duas características estruturantes deste perfil urbano, pois além de características sociais bastante marcantes, traz consigo sinais de especialização, características de cidades grandes. Outro motivo de destaque é que se ranqueadas todas as variáveis educacionais, relativas ao censo 2000, do Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro (IBGE, 2003), Juiz de Fora se posicionará, quase sempre, entre as 20 dentre as 54 analisadas e deixa para trás inúmeras capitais brasileiras.

A excelente posição da cidade no 2º indicador comprova o que acontece diariamente nos cafés da rua Halfeld, nos jornais, telejornais e rádios juizforanos. Em suma, por toda a cidade, durante décadas, as discussões se a cidade deve, ou não, ter um desenvolvimento econômico mais expressivo ou manter um crescimento mais controlado e um certo consenso de que a cidade deveria distribuir o desenvolvimento com seu entorno. Já a posição da cidade no 1º indicador mostra que tais discussões produzem resultados e que a cidade faz a opção também por esta via mais desenvolvimentista. Consequentemente, pode-se ainda inferir a existência de outras variáveis estruturais, intervenientes e psico-sociológicas que possam corroborar nestes resultados, tais como a força de suas lideranças, de sua religiosidade, dos sentimentos comunitários e familiares, que fazem da cidade uma boa escola cívica. Toda a defesa que sempre se fez de uma cidade mais universitarizada, com altos índices de escolarização, educação de qualidade e ótima infraestrutura urbana deve ser levada em conta, já que mesmo sem ser capital de estado, ocupa posições de destaque em todos os índices avaliados¹⁷. Deve-se enfatizar que, apesar de ocupar uma boa posição em relação às outras não a exime de enfrentar problemas.

¹⁷ Quem se dispuser avaliar índices socioeconômicos de Juiz de Fora, também poderá fazê-lo ou pelo Anuário Estatístico, ou pelo Banco de Dados Municipal, ambos na página do Centro de Pesquisas Sociais da UFJF. O anuário, até então, tem sido mantido num acordo com a própria Prefeitura de Juiz de Fora, em diferentes administrações.

Como mencionado, acredita-se que os estudos que tratam do *eleitorado forte* conseguem grande eficácia na explicação da atual participação política brasileira, visto que por ser alto o *custo do fracasso*¹⁸, a participação política se atém à participação eleitoral, mesmo que atualmente esta participação possa ser ampliada para um conceito de avaliação eleitoral, ou seja, de mandatos, de capacidades governativas¹⁹. Logo, a presente dissertação consegue, ao confirmar maior participação do eleitorado juizforano, propor uma avaliação crítica de onde se encontram as cidades brasileiras e, por acompanhar uma tradição de análise social, solicitar que o processo democrático seja ampliado num alargamento contínuo da participação. Além disso, propõe que as barreiras de natureza física e social, entendidas antes como escolarização, extensão territorial e taxa de urbanização²⁰, sejam agora, literalmente, traduzidas como condições mínimas urbanas, pois aquelas cidades que não oferecem condições básicas de educação, habitação, saneamento, renda, saúde e estímulos ao desenvolvimento econômico recebem nas urnas o recado popular: baixo comparecimento. E, assim, realizam o próprio *cálculo da razoabilidade*²¹.

Duas conclusões da análise do “Quadro de Significância” da página 52 podem ser retiradas. Primeira, que os eixos ortogonais refletem a recorrente oposição entre interesse individual e coletivo. Segunda, que a idéia de uma dinâmica conflitiva da interação social, hobbesiana²², da métrica de Runciman e o conceito tocquevilliano do crescimento das sociedades²³ podem ser observados. Também reitera associações entre urbanização e voto²⁴. Por isto a preocupação cívica do brasileiro continua a ocupar lugar de destaque nas diretivas das comunidades e do país.

A adoção do conceito de “Perfil Urbano Brasileiro”, com seus eixos “Movimento de Reafirmação Urbana” e “Preocupação Social Urbana”, juntamente com uma avaliação mais detalhada de suas variáveis componentes pode contribuir para que a sociedade civil ative a esfera pública²⁵ e advirta os eleitores e o parlamento da necessidade de políticas públicas localizadas e redistributivas, ao propor indicadores de onde se encontram nossas cidades e em

¹⁸ Santos (2007).

¹⁹ Adotam-se aqui como possibilidades de avaliação pelo eleitor os conceitos da *recepção retórica* de Magalhães (2000), do *discurso* como texto de Ricoeur (1976) bem como os *relatos* de Colom (2005). Também importante as observações de tendência, sazonalidade e ruídos avaliados pelo estudo de séries temporais de Souza e Camargo (1996).

²⁰ Lima Júnior (1997).

²¹ *idem* (2007).

²² Reis e Castro (2001) e *ibidem* (2007).

²³ *ibid* (2007).

²⁴ *idem* (1997).

²⁵ Habermas (1990).

que lugar deveriam se encontrar. Por isto disponibilizar infraestrutura básica à população interfere não apenas no comparecimento, mas no voto clientelístico.

A sociologia assume assim a responsabilidade na identificação de processos embrionários de segmentação de interesses e ao permitir tratamento de iluminação na esfera pública permite o conhecimento pela sociedade de que novas adequações serão necessárias já que outros interesses serão incluídos e isto por si só faz emergir a idéia de conflito²⁶.

Na verdade, a assembléia nacional constituinte ao garantir o estado democrático de direito obtém êxito nas tentativas de converter interesses em direitos, já que retomou a matriz do direito como ideal civilizatório²⁷. Desse modo, a democracia política conquista aos poucos uma transição do interesse individual para o interesse bem-compreendido. Daí as possibilidades da realização de políticas públicas ao tentar universalização de serviços de infra-estrutura básica na vida do cidadão.

Fica ainda a tarefa²⁸ da delimitação de variáveis socioeconômicas que sejam capazes de alcançar um conceito ampliado de educação, pois acredita-se que elas permitam a indicação de laços familiares, religiosos, comunitários e que conjuntamente às de um “Perfil Urbano Brasileiro” possam compor modelos que possibilitem a verificação de associações com as taxas de comparecimento eleitoral. Tal se baseia na desconfiança que se esgotou parte das propostas dos grandes clássicos da sociologia pelo simples fato delas terem enfrentado, desde o início, obstáculos epistemológicos não resolvidos. O desafio deve seguir a tradição teórica que qualifica a educação como porta de entrada à participação política, em geral, e avaliação eleitoral em particular, bem como reafirmar o significado político da eleição.

²⁶ Werneck Vianna e Carvalho (2000).

²⁷ *idem* (2000).

²⁸ Proposta do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, Ed. Unb, 1985.

ASSIS, Éder de Araújo de. **O Voto Eletrônico em Minas e Goiás**. *Revista do Legislativo*, nº 24, out/dez-1998. Belo Horizonte, Assembléia Legislativa de MG.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000.

BRAGA, M. S. S. **Como atuam os partidos políticos no Brasil**. Em debate, Belo Horizonte, vol. 2, nº 6, p. 12 – 16, junho 2010.

BRASIL, TSE. (Tribunal Superior Eleitoral), **Dados estatísticos**. Disponível em: www.tse.gov.br.

CARMO, Erinaldo F. ; CORDEIRO, Gauss M.; ROCHA, Enivaldo C. **Medindo a Alienação e a Participação do Eleitorado nas Eleições Proporcionais de Pernambuco**. *Paper apresentado no III Seminário de Ciência Política da UFPE*. Disponível em: <www.seminariopolitica.t5.com.br/docs/Anais/Papers/ST331.pdf>, capturado em 03/11/08.

COLOM, Francisco González (ed.). **Relatos de nación**. La construcción de las identidades nacionales em el mundo hispânico (2 Vols.). Madrid – Frankfurt, Iberoamericana / Vervuert, 2005.

CPS – UFJF - (Centro de Pesquisas Sociais). **Anuários estatísticos de Juiz de Fora**, CD ROOM, 1995-2010.

Entrevista Deputado Federal Eliseu Padilha à professora Dr^a Silva Krause, da Universidade Federal de Goiás em 09/06/2010. **Revista eletrônica Opinião em Debate**, Belo Horizonte, vol. 2, nº 6, p. 22-28, jun 2010. roteiro: Silvana Krause, Leonardo da Silveira ev, Paulo Victor Melo; transcrição Josimar Gonçalves da Silva.

EYSENCK, Hans Jurgen. **Sexo, pornografia, personalidade**: conseqüências sociais da psicologia moderna. São Paulo, Ibrasa, 1976.

FIGUEIREDO, Marcus.; LOMBARDO JORGE, Vladimyr. **São Paulo**: Dinâmica e formato do sistema partidário. In: M. Figueiredo, V. Lombardo Jorge e O.B. de Lima Junior (orgs), *O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GIUSTI TAVARES, José Antonio. “Prefácio”. *In: J.A. Giusti Tavares e O.B. de Lima Junior (orgs), O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94.* Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HABERMAS, Juergen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Juergen. **Direito e democracia** - entre facticidade e validade. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

IBGE. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,** CD ROOM, 2003.

ICE-UFJF – Departamento de Estatística. **Métodos Estatísticos Computacionais.** Anotações de aula. Juiz de Fora, pós-graduação lato sensu, 2010.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Os partidos no eleitorado:** percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 57, vol 20, São Paulo, FAPESP, 2005.

KRUSKAL, Joseph, WISH, Myron. **Multidimensional Scaling.** Newbury Park, California, Sage University Paper, 1978.

LAMOUNIER, Leonardo Alves. “**Minas Gerais:** O sistema partidário nas duas últimas décadas”. *In: L.A. Lamounier e O.B. de Lima Junior (orgs), O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94.* Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **O Sistema Partidário Brasileiro,** diversidade e tendências, 1982-94. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

-----, Olavo Brasil de. “**Alienação Eleitoral e Seus Determinantes** – nota de pesquisa”. *Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1990.

MACHADO SOARES, T. **Utilização da teoria da resposta ao item na produção de indicadores sócio-econômicos.** *Pesquisa Operacional*, v. 25, n.1, p.83-112, Janeiro a Abril de 2005.

MAGALHÃES, Raul Francisco. **Ciência, Ficção e Contrafactualidade:** aproximações exploratórias. *Série Estudos* 98. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1997.

-----, Raul Francisco. **Racionalidade e Retórica:** teoria discursiva da ação coletiva. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2000.

MELO, Carlos Ranulfo F. **Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil**. Em debate, Belo Horizonte, v. 2, nº 6, p. 6 – 11, jun 2010.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2004.

OLIVEIRA, Homero Costa. **A alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)**. Tese de doutorado. São Paulo, PUC-SP, 2006.

REIS, Fábio W. e CASTRO, Mônica M. M. **Democracia civismo e cinismo**. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade. RBCS. Vol 16, Nº 45, 2001.

RENO, Lúcio. **O papel organizacional dos partidos políticos nas eleições 2010**. Em debate, Belo Horizonte, v. 2, nº 6, p. 17 – 21, jun – 2010.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa. Edições 70, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do Desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro, Zahar, Brasília Ed. Unb, 1982.

SCHMITT, Rogério Augusto. “**Rio de Janeiro: Multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral**”. In: R.A. Schmitt e O.B. de Lima Junior (orgs), *O Sistema Partidário Brasileiro, diversidade e tendências, 1982-94*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. **A Decisão do Voto no Brasil**. Porto Alegre, Edipucrs, 1998.

SOUSA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, J.; ÖELLE, B. (orgs.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília, UnB, 2006.

SOUZA, Reinaldo Castro & CAMARGO, Maria Emília. **Análise e previsão de séries temporais: os modelos ARIMA**. Ijuí, Sedigraf, 1996.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WERNECK VIANNA, Luiz & CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **República e civilização brasileira**. In: BIGNOTTO, Newton. Pensar a República. Belo Horizonte, UFMG, 2000.